

1. INTRODUÇÃO

A CIÊNCIA ABANDONA OS SEUS GÊNIOS. QUE FÍSICO HOJE ESTUDA ISAAC NEWTON? QUE astrônomo consulta Ptolomeu? De fato, obras marcantes têm a sua época, e a partir de um determinado momento são sucedidas por outras nas quais tudo, ou quase tudo, que as primeiras haviam dito simplesmente não faz mais sentido. Isso porque a disciplina avançou partindo exatamente daqueles trabalhos originais. Aquelas obras permanecem como elos importantíssimos e indispensáveis do processo de fazer ciência.

Não se sabe o tempo que decorre para que os gênios sejam derrubados. Se for menos de cem anos, *As Regras do Métodos Sociológico*, de Émile Durkheim, constituem uma exceção, já que é considerada por muitos, ainda hoje, quando completa um século, como uma das principais obras da sociologia de todos os tempos. E, anote-se, que não trata de um conteúdo substantivos, eventualmente dramático ou de alta consideração por parte do *establishment* sociológico, por “intelectuais” ou pela sociedade como um todo; mas lida simplesmente com questões de método. (A rigor, não só de métodos tratou Durkheim n’*As Regras*; basta reparar nas suas observações sobre a normalidade do crime, sobre algumas características do suicídio $\frac{3}{4}$ por ele estudadas em obra anterior —, sobre o castigo e sobre a coerção como “característica de todo fato social”).

Não pretendo aqui coUentrar-me, dadas as limitações de espaço, no que talvez seja a obra prima de Durkheim (ou seria *O Suicídio*? Ou a *Divisão do Trabalho Social*?), mas tomá-la como ponto de partida para fazer algumas considerações sobre as práticas metodológicas, entre sociólogos brasileiros, na hoje ciência social que ele tanto valorizou.

O problema da negligência do método na sociologia (ou nas ciências ou estudo sociais em geral) é bastante antigo. Timasheff, na sua Teoria Sociológica lembra que

Durkheim [que teve sua atividade intelectual mais intensa entre 1893 e 1911] tinha uma aguda percepção de que a maioria dos primeiros teóricos sociais

negligenciou francamente o problema do método adequado a ser usado na análise dos fenômenos sociais. Comte, é claro, lidou com o método, mas em termos absolutamente gerais, acentuando a necessidade de seu approach positivista. E The Study of Sociology de Spencer, abordando as possibilidades e dificuldades da Sociologia científica, foi bastante vago acerca dos métodos que a nova disciplina utilizaria. (Timasheff 1973, p. 150).

É ao problema do método na sociologia que está dedicado este artigo. A natureza deste é, no entanto, essencialmente exploratória. Ele está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução segue-se uma seção que procura dar uma síntese das regras de Durkheim. Em seguida vêm alguns conceitos e pressupostos que fundamentam o conteúdo do artigo. Em seguida, uma seção intitulada “O método na sociologia brasileira”, que procura analisar, ainda que sucintamente, como alguns sociólogos utilizam o método nas suas obras. Seguem-se as “Razões e paradoxos” e, por último, as “Conclusões”. Tudo sempre do ponto de vista do método sociológico.

2. AS REGRAS DE DURKHEIM

O QUE, EM TERMOS METODOLÓGICOS, PROPÔS DURKHEIM N’AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLÓGICO? Em resumo, e praticamente nas suas próprias palavras, sua proposta começava com a afirmação de que os fenômenos sociais são “coisas”. A propósito, ele afirmou explicitamente que “A PRIMEIRA REGRA e a mais fundamental consiste em *considerar os fatos sociais como coisas*” (1990, p. 13) e que a sociologia havia tratado até então não com coisas mas com conceitos. E o que significava isso? “Tratar fenômenos como coisas, é tratá-los na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida da ciência” (p. 24). Mas Durkheim ia mais além “[...] mesmo que [...] os fenômenos sociais não apresentassem todos os caracteres intrínsecos de coisas, deveriam primeiramente ser tratados como se os possuíssem” (p. 24). E para ele isso era fundamental: “[...] a partir do dia em que [esse] princípio do método sociológico for reconhecido e unanimemente praticado, experimentará a sociologia progresso de uma tal rapidez que a lentidão atual do seu desenvolvimento não permite supor [...]” (p. 27).

Dáí vieram as regras, divididas em relativas “à observação dos fatos sociais”; “à distinção entre o normal e patológico”; “à constituição dos tipos sociais”; “à explicação dos fatos sociais”; e especificamente “à administração da prova”.

Quanto à explicação, ênfase é posta numa explicação essencialmente *sociológica* (e não *psicológica*): “todas as vezes que um fenômeno social está explicado por um fenômeno psíquico, pode-se estar certo de que a explicação é falsa” (p. 91); “uma explicação puramente psicológica dos fatos sociais deixaria [...] escapar tudo o que eles têm de específico, isto é, de social” (p. 93).

É relevante — e isso orientou determinados rumos da sociologia a partir de então — que, ao propor um método para a sociologia, Durkheim interessava-se não somente pelas causas mas também pelas *funções* dos fenômenos sociais. Isso foi afirmado explicitamente da seguinte forma: “quando [...] procuramos explicar um fenômeno social, é preciso buscar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que desempenha” (p. 83).

O fator tempo e sucessão dos fenômenos no tempo estava também entre as preocupações metodológicas de Durkheim, como nesta regra: “A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais anteriores, e não entre os estados de consciência individual”, ao passo que “a função de um fato social deve ser sempre buscada na relação que mantém com algum fim social”(p. 96).

Durkheim foi um praticante do que pregava. Ao estudar o suicídio (publicado em 1897, dois anos após as *Regras*), ele tratou esse “fato social” como explicável etiologicamente com referências à estrutura social e suas funções ramificantes apesar de que o suicídio “parece ser um fenômeno relacionado com o indivíduo” (Simpson 1951, p. 13). Na verdade, os primeiros capítulos desse livro de Durkheim tiveram o objetivo de negar a causação do suicídio com variáveis como alienação mental, raça, hereditariedade, clima, temperatura e imitação, deixando para serem avaliadas como causas do suicídio apenas outras variáveis sociais.

Le suicide vem sendo tido, ao longo do tempo, como um modelo de trabalho de pesquisa sociológica. Em 1933, na primeira edição de *The structure of social action*, Parsons afirmava que *Le Suicide* (juntamente com *A Divisão do Trabalho na Sociedade* e *As Formas Elementares da Vida Religiosa*) eram “os estudos monográficos mais frutíferos que a ciência social já produziu”. Em *Le Suicide* Durkheim teria, ainda segundo Parsons, produzido “uma peça de pesquisa original que por muito tempo permanecerá como um modelo”(Parsons 1961, p. 303). Assim também pensava Timasheff, ao escrever em *Sociological Theory*, em 1955, que *O Suicídio e A divisão do Trabalho na Sociedade* eram “monografias sociológicas não superadas”(Timasheff 1955, p. 307).

Para explicar o suicídio, Durkheim levou a efeito uma exaustiva análise (com bastante habilidade estatística, para o seu tempo, como diz Timasheff), com taxas de suicídio, pela primeira vez calculadas, relativas a vários segmentos da população européia. Suas taxas eram essencialmente instrumentais para a demonstração de hipóteses a respeito da incidência do fenômeno num determinado conjunto, comparado com determinadas características desse mesmo conjunto. E esses índices eram analisados segundo variáveis diversas, como sexo, idade, estado civil, região etc. Por exemplo, “insanidade” foi dada por ele, com números, ser mais freqüente entre os judeus do que entre os católicos e os protestantes: 5,33 por mil entre aqueles e somente 2,00 e 1,36 entre os demais, respectivamente, em Mecklenburg em 1862; ou 2,86 entre os judeus e 0,96 e 0,92 entre os católicos e os protestantes, respectivamente, na Bavária em 1871; e assim por diante. Mas a taxas de suicídio, que ele também apresentou, eram em termos gerais, mais baixas entre os judeus do que entre os praticantes das outras

duas religiões. Com isso, ele punha por terra a noção prevalecente de que o suicídio era mais freqüente entre os insanos. Esse tipo de trabalho e de raciocínio aparece sistematicamente na monografia de Durkheim para “provar” suas hipóteses sobre o que é e o que não é responsável pelo suicídio. Tudo dentro de um rigor estatístico que se não era desconhecido até então era no mínimo não usual. (Quetlélet já trabalhava com estatística na sua física social e, na verdade, Durkheim tomou dele a proposta de utilizá-la em pesquisa sociológica e usou-a muito bem, pelo menos para a época). Estava assim formalizada uma nova metodologia de trabalho para a sociologia.

Uma característica do trabalho de Durkheim tem que ser ressaltada. Nas suas análises ele não se satisfazia em descobrir e expor as associações entre as variáveis, mas procurava mostrar como isso ocorria, ou o que era responsável pelas associações. Para sentir a importância disso, veja-se como atualmente este ponto está sendo objeto de interesse dos sociólogos. Kiser e Hechter afirmaram recentemente:

[...] explicações adequadas [de eventos históricos] devem especificar tanto as *relações* causais entre variáveis (incluindo *modelos* que indicam como os fatores causais são interrelacionados) como os *mecanismos* responsáveis pela produção dessas relações. (Kiser e Hechter 1991, p. 4).

E referindo-se explicitamente a Durkheim:

Os sociólogos não usam *Le suicide* [em suas aulas] porque Durkheim estabeleceu correlações válidas entre taxas de suicídio e tipos de religião ou estrutura familiar. Em vez disso, nosso interesse se deve aos diversos mecanismos causais que Durkheim avançou como responsáveis por essas correlações [...]. (Kiser e Hechter 1991, p. 15-16).

Coleman manifesta idéia semelhante quando enaltece a indicação de “meaningful connections” entre eventos “como a ferramenta básica da descrição e da análise” sociológicas (Coleman 1986, p. 1328).

Pode-se resumir a forma de Durkheim trabalhar nos seguintes termos:

(1) ele tinha idéias na sua mente sobre um determinado aspecto da realidade social que o preocupava no momento;

(2) essas idéias tinham, ainda que implicitamente, a forma de hipóteses de como se relacionavam as variáveis que ele desconfiava serem associadas à variável tomada como ponto de partida (hoje diríamos que eram as variáveis independentes e a dependente);

(3) saía a “campo” para coletar dados que pudessem comprovar, ou não, essas hipóteses;

(4) vinha então um elaborado processo de analisar todos esses dados. E que análise! Não se tratava simplesmente de dizer que “x” se relaciona com “y”, “t” com

“z” e assim por diante. Durkheim ia bem além em busca dos mecanismos — e os explicitava — que explicassem essas associações;

(5) por último, não esquecia de, na base do que havia descoberto, em termos de fatos, e estabelecido, em termos das relações entre eles, procurar quais medidas práticas deveria a sociedade tomar se desejasse resolver os problemas que ele havia acabado de pesquisar, estudar e analisar.

Quem desconhecer esse processo, ou dele duvidar, que consulte apenas *Le suicide*.

Como ciência (social) a sociologia desenvolveu-se desde então. Numerosos estudos e pesquisas foram levados a efeito, novos métodos e técnicas para pesquisa dos fatos sociais, inclusive estatísticas, surgiram. A matemática passou a ser instrumento mais freqüente na análise dos fenômenos sociais, especialmente na análise lógica do relacionamento entre as variáveis envolvidas.¹ Tais instrumentos firmaram-se definitivamente em alguns meios como essenciais àqueles fins; em outros meios surgiram reações a esse tipo de enfoque. Mas o fato é que a maior parte da sociologia moderna deve sua importância ao uso da estatística (embora não tanto, ainda, da matemática). Essas técnicas são essenciais já que nenhum sociólogo (na verdade, nenhum cientista social) consegue comprovar adequadamente os relacionamentos entre as variáveis que estuda sem a utilização das mesmas. Evidentemente, nenhum desses campos é hoje o que era ao tempo de Durkheim. Muito ao contrário, eles são hoje não somente muito mais amplos, como seus conhecimentos são bem mais sofisticados; os resultados que se obtêm são bem mais precisos. E a sociologia vai procurando fazer uso desses novos instrumentos o mais possível. Acrescente-se que, ao longo desse tempo, a disciplina profissionalizou-se, pelo menos no sentido de que “sociólogo” passou a ser uma categoria ocupacional formada em cursos universitários.

Isso não quer dizer, evidentemente, que, por procedimentos atuais, *As Regras* ainda sejam consideradas como modelo para todos (embora possa, e deva, sê-lo, para muita gente ainda). Ao longo desses cem anos muito se escreveu sobre a obra de Durkheim; e muito desse material é explicitamente crítico, ainda que reconhecendo e elogiando os seus grandes méritos. Não é meu papel aqui revisar o que se escreveu sobre Durkheim, mesmo porque isso seria uma tarefa enciclopédica. Ou quase.

A pergunta que devemos fazer por ocasião dessa comemoração do centésimo aniversário *d’As Regras* é: como está a sociologia brasileira hoje do ponto de vista metodológico? Em outras palavras (sem nos preocuparmos muito com o *que* está

1 Neste trabalho não foi objeto de estudo o sociólogo “prático” ou “técnico” que em organizações dos mais diversos tipos, públicas e privadas, de planejamento, de desenvolvimento de assistência social, e em movimentos sociais etc., lidam com problemas práticos que requerem solução e para eles elaboram planos ou projetos ou sobre eles produzem relatórios para a ação. O interesse centralizou-se em obras de sociólogos brasileiros, geralmente dos quadros de universidades ou instituições de ensino superior independentes, que escrevem e publicam na qualidade de “cientistas sociais”, que supostamente trabalham, pelo menos também, no avanço de sua própria ciência, no desenvolvimento do próprio conhecimento científico sobre a sociedade.

fazendo o sociólogo brasileiro): *como* está trabalhando ele hoje? Um exame exaustivo deste ponto aqui está fora de cogitação, não sendo, obviamente tarefa para um simples artigo. A solução provisória adotada é proceder a uma análise, evidentemente incompleta, dos aspectos metodológicos de alguns trabalhos de pesquisa sociológica feitos por brasileiros no Brasil. Isso, subsidiado por um conhecimento direto da situação permitir-nos-á levantar hipóteses para um estudo posterior mais aprofundado. Evidentemente não faço do método um deus *ex machina* todo poderoso, que resolve todos os problemas. Mas sem a menor dúvida o conjunto de procedimentos de pesquisa que aqui estou chamando de método é um instrumento que nenhum sociólogo, nenhum cientista social, pode menosprezar.

3. CONCEITOS E PRESSUPOSTOS

A SOCIOLOGIA, COMO CIÊNCIA SOCIAL, É UM CAMPO DE ESTUDOS PARA EXPLICAÇÃO DA sociedade e que chega a conclusões através de um trabalhoso processo de pesquisar fatos. A mais importante função da pesquisa é exatamente contribuir para comprovar, negar ou alterar hipóteses teóricas previamente formuladas e assim contribuir para o avanço do conhecimento científico na disciplina. Aí ela lida com problemas teóricos. A pesquisa é também utilizada para caracterizar determinadas populações e conhecê-las mais realisticamente num determinado momento no tempo ou para verificação de mudanças havidas ao longo de determinado período. Finalmente, pode fornecer subsídios para algum programa de ação a ser desenvolvido numa população.

Os procedimentos de pesquisa, ou as técnicas de pesquisa são para alguns, questões menores dentro do campo sociológico. No entanto, se o que se quer é chegar a proposições baseadas em dados empíricos, é essencial que uma bateria de dados devidamente *coletados e correta e adequadamente analisados* constitua a base para as mesmas. No fim das contas é da utilização correta dos procedimentos e instrumentos de pesquisa que vai depender, em grande parte, o valor da investigação feita. Na crença de que esse aspecto vem sendo menosprezado na sociologia brasileira — menosprezado no sentido de não utilizado mal utilizado ou simplesmente vilipendiado — , é a coisas como amostra e representatividade, entrevista e questionário de que este artigo se ocupará.

A preferência aqui adotada por trabalhos do tipo *survey* por amostragem, não significa nenhum menosprezo por estudos baseados em entrevistas em profundidade; por estudos “exploratórios” (desde que o termo não seja empregado simplesmente para encobrir defeitos metodológicos graves); por estudos baseados em outras técnicas (histórias de vida, por exemplo); nem por estudos histórico-estruturais. Todos têm sua

função garantida dentro da sociologia, bem diferenciada, e são válidos para o que se propõem fazer.

A utilização de um rigor metodológico desejável nada tem a ver com a relevância, ou falta de, dos temas sendo pesquisados. Em princípio, qualquer tema pode ser analisado com rigor metodológico. Se alguém utiliza técnicas sofisticadas para o estudo de temas irrelevantes (ou assim considerados por terceiros) está errado, mas isso nada tem a ver com deficiências do método, não chegando sequer a ser um problema científico (a escolha do tema de pesquisa é um problema metateórico). Mas, visto de qualquer ângulo, este é um problema facilmente corrigível.

Será do conjunto de procedimentos que devem ser utilizados pelo pesquisados para chegar a conclusões que tratarei aqui. Pode-se mencionar dois motivos para essa escolha. Primeiro porque essa foi a maneira de trabalhar de Émile Durkheim. Segundo, reflete uma preocupação com a lógica, ou seja, com as relações que existem entre uma conclusão e as evidências que lhe servem de apoio (Salmon 1987, p. 131). Parafrazeando este autor (Lógica, p. 18): uma das funções dos procedimentos metodológicos é exatamente *oferecer justificativas para as conclusões*. Então, ao usar, para facilidade de comunicação, o termo método no decorrer deste artigo, é aquele elenco de procedimentos ou técnicas que me estou referindo. Se alguém achar que isso é “feijão com arroz”. Não há problema; se não se trabalha bem nesse nível, tudo o mais tem valor reduzido, questionável, independentemente do valor intrínseco ou teórico dos aspectos substantivos estudados.

Feitas essas considerações, vejamos como a questão do método tem sido tratada por alguns sociólogos, brasileiros, pelo menos na parte mais recente desse período pós-Durkheim. Os trabalhos selecionados estão entre os que utilizam, de alguma forma, amostra de uma determinada população. Alguns deles tratam os dados assim coletados de uma forma estatística, outros não. Alguns poderão ser caracterizados como *surveys* (“*sample urveys*”), outros não propriamente.²

Os estudos que serão aqui analisados falam exatamente de população e amostra e que seus dados foram colhidos com determinados instrumentos de pesquisa. Terei em mente dois tipos de população: a população fim, ou aquela que é a meta última do pesquisador, para a qual ele deseja fazer as generalizações da amostral, e a população amostral, ou aquela para a qual ele dispõe de meios com os quais pode efetivamente tomar uma amostra. Essa amostra deve ser probabilística, ou seja, em que os elementos na população é dada uma probabilidade conhecida não-zero de ser incluída na amostra (Frankel 1983, p. 21).

Os procedimentos de seleção da amostra são cruciais. Dar probabilidade não-zero aos elementos da população significa realizar um *sorteio* dos elementos da

2 Em artigo de 1990, Maria Valéria Junho Pena refere-se ao *survei* como “[o] mais trivial dos instrumentos de pesquisa social [...] que não obstante tem sido sistematicamente rejeitado pela sociologia brasileira, seja por seu alto custo, seja por questionamentos, em geral despropositados, sobre seu acerto metodológico. (Pena 1990, p. 163).

população amostral em uma listagem dos mesmos. Para facilitar essa tarefa sem prejuízo da condição estabelecida, os estatísticos desenvolveram tabelas de números aleatórios e, mais recentemente, técnicas computacionais eletrônicas. *A escolha propositada ou acidental dos elementos da população sai do controle do pesquisador.* Adotar esse procedimento significa que “várias técnicas de inferência estatística podem ser validamente aplicadas na projeção de resultados da amostra para populações maiores”. Por outro lado, o uso de amostragem não-probabilística não quer dizer, necessariamente, “que o uso das técnicas de inferência estatística produzirá conclusões inválidas”. Mas “o problema fundamental associado com a utilização de amostras não-probabilísticas é o fato de que a validade das inferências tiradas de tais amostras não é nem garantida nem testável”. (Frankel 1983.p. 21-22, grifos meus).

A utilização de técnicas estatísticas na etapa de análise pressupõe que a amostragem tenha sido probabilística. Por esse critério, nenhum dos trabalhos que serão analisados a seguir (nem a maioria dos trabalhos sociológicos sendo feitos no país) subsistiriam. Uma boa parte dos sociólogos brasileiros não utiliza procedimentos metodológicos satisfatórios. Mas em vez de, pura e simplesmente descartá-los, ainda assim é necessário e conveniente analisá-los, quando não seja pelo fato de que há também outros fatores envolvidos (como o tratamento estatístico que é dado pelos autores e autoras aos dados que coleta), em si suficientes para merecer um tratamento especial, crítico, evidentemente.

4. O MÉTODO NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

A SOCIOLOGIA FEITA NO BRASIL VEM SE DESENVOLVENDO, AO LONGO DOS ANOS, através de um processo de transformação de “pensamento social” em “sociologia empírica”. Manifestações sobre a disciplina são geralmente elogiosas. Vilma Figueiredo fala dos “muitos pesquisadores e alguns centros de pesquisa [que] são internacionalmente conhecidos pela sofisticação de suas produções”; e utiliza a expressão “excelência científica da produção sociológica brasileira”; mas reconhece o “viés discursivo” da sociologia praticada no Brasil (Figueiredo 1897, p. 25-26). Abranches afirma que “o Brasil é hoje o mais dinâmico centro de produção de conhecimento na área [sociológica] na América Latina [...] É, também, o Brasil um dos poucos centros do Terceiro Mundo comparáveis em qualidade aos dos países mais aos dos países mais avançados”. (Abranches 1987, p. 193). Já Reis vê grande parte da nossa sociologia como sendo ora história, ora jornalismo e ora antropologia, enquanto para Glaucio Ary Dillon Soares os professores universitários (quem melhor poderiam representar a sociologia brasileira), não sabem pesquisar. (Soares 1991, p. 73).

Tanto quanto estou podendo perceber no momento, se fosse tentada uma síntese do estado atual (isto é, das duas últimas décadas, aproximadamente) da sociologia no Brasil, parece que se poderia distribuir os exames feitos por alguns autores em um

contínuo em que aparecem num extremo trabalho como o de Abranches e, no outro extremo, as idéias de Gláucio Ary Dillon Soares.

Os cem anos *d'As Regras* de Durkheim são um momento bem apropriado para um exame de como está, no momento, não tanto a sociologia brasileira, mas de como se pode ver pesquisa sociológica (o que, para mim, é praticamente a mesma coisa. Mas de qualquer forma pode-se pôr ênfase numa coisa ou na outra).

Limitar-me-ei, aqui, a analisar a utilização efetiva do método em alguns trabalhos de pesquisa. O problema do método em sociologia no Brasil é assunto que tem sido tratado na literatura sociológica brasileira, ao longo dos anos desde Durkheim, com certo destaque, embora não tanto com a frequência e profundidade necessárias. Na verdade, no Brasil discute-se muito pouco o assunto (apesar das surradas acusações em contrário, de que os sociólogos, mais do que os demais cientistas sociais, preocupam-se demasiado com questões de método [por exemplo, Camargo 1984, p. 6 e 7] e coisas do gênero. Esse descaso ocorre exatamente porque muitos sociólogos propositadamente fogem a esse tipo de discussão. Outros adotam posições dogmáticas nas quais o assunto é visto de forma radical, inclusive pejorativamente: de uma penada afasta-se do universo de discurso sociológico tudo quanto é pesquisa e estudo com emprego de rigor metodológico. Para Ianni é "rigorismo" e "falso objetivismo" (1971, p. 70 e 82); com desprezo da matéria substantiva realmente importante; para Camargo, trata-se de "pseudocientificismo" (1984, p. 8); e os exemplos poderiam ser multiplicados.

Aqui serão analisados doze trabalhos (seis livros e seis artigos). Oito são surveys por amostragem (*sample surveys*), quer os autores e autoras tenham usado esse termo ou não. Mas eles *tratam de uma população da qual tiraram uma amostra, da qual coletaram dados os quais foram analisados estatisticamente*. Quando se enfrenta um estudo desse tipo há itens importantes a checar, especialmente: os procedimentos de seleção dos elementos da população a serem incluídos na amostra, a execução e o tamanho desta, os procedimentos de análise e a generalizabilidade dos dados (Sudman 1983, p. 154). É para esses itens que me voltarei neste artigo. O que se segue parte desse ponto e está organizado em torno dos temas (1) A informação sobre a pesquisa, (2) População, amostra e instrumentos de coleta de dados, (3) A resposta da amostra, (4) A discussão das limitações, (5) A generalizabilidade e (6) A análise.

4.1 A INFORMAÇÃO SOBRE A PESQUISA

Uma dificuldade para uma análise mais detalhada dos artigos e livros que relatam resultados de pesquisas empíricas realizadas no Brasil é que a maioria não informa suficientemente sobre os procedimentos utilizados, como o requerem as normas do trabalho científico. Às vezes faltam informações básicas sobre o conjunto estudado: se é população ou amostra; se amostra, como foi selecionada, como se compara com sua população em certos dados básicos, seu erro possível; e mais detalhes

esclarecedores, como instrumentos de coleta de dados que foram utilizados, testes prévios que foram feitos (ou não) dos mesmos e assim por diante.

Em “Raça e mobilidade social” e os outros capítulos que constituem sua parte no livro *Cor e mobilidade social em Florianópolis; aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional* (1960), Octávio Ianni dá-nos confusas informações sobre diversos dos procedimentos que foram utilizados para a confecção da obra. Prévio à estruturação do questionário houve uma sondagem ou levantamento inicial sobre a qual não são dadas maiores informações; sabe-se apenas que nela foram feitas “observação indireta” e entrevistas. Foi feita aplicação de questionários mas somente por uma referência aqui e outra ali é que se chega à conclusão de que a população de onde vieram esses questionários foram as escolas de *toda* a cidade de Florianópolis. Curiosamente, a amostra dos estudantes é composta por 552 brancos, somente vinte mulatos e *nem um* negro. Não se diz se isso foi intencional ou não. Como ponto positivo, o livro transcreve, *in totum*, o questionário que foi utilizado.

Um outro caso em tela é o livro *Emprego doméstico e capitalismo*, de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1978). Num determinado ponto ela fala do “teste do roteiro de *entrevista*” (p. 20) e das “perguntas contidas nas *entrevistas, forma preferida ao questionário*” (p. 23). Bem próximo a essas afirmações, no entanto, lê-se que, “realizadas as correções necessárias, imprimiu-se o questionário” (p. 20, grifos meus). No texto do livro a análise é feita em uma profusão de quadros com dados quantitativos. Apesar da confusão apresentada e da explícita e justificada preferência pelas entrevistas em relação ao questionário, parece que foi mesmo este último instrumento o utilizado.

Uma exceção a essa escassez ou incorreção de informações é o recente livro de Wilma Mangabeira, *Os dilemas do novo sindicalismo; democracia e política em Volta Redonda* (1993), que contém todo um detalhado capítulo sobre o trabalho de campo por ela efetuado, com informações bastante úteis para uma compreensão do processo de realização da pesquisa, cobrindo os diversos aspectos envolvidos, inclusive *rapport* do pesquisador com os seus pesquisados e os problemas havidos entre a pesquisadora e a Companhia Siderúrgica Nacional, onde se realizava a maior parte do estudo.

O artigo de Aracky Martins Rodrigues “Práticas e representações de pequenos funcionários públicos de São Paulo” (1989) foi também detalhado nas informações sobre a metodologia que utilizou no estudo de funcionários públicos em São Paulo.

Todos os casos selecionados para este artigo apresentam, uns mais e outros menos, algumas informações sobre os procedimentos utilizados e é somente baseado nelas que o analista pode desenvolver o seu raciocínio. Se as informações fornecidas são incompletas ou incorretas e os autores desenvolveram seus trabalhos de modo melhor do que as suas publicações deixam entrever, aqui ficam, de antemão, minhas desculpas e, obviamente, a sugestão, de que em futuros trabalhos exerçam melhor a sua obrigação de informar, com os detalhes necessários, os procedimentos que utilizaram para poder chegar às conclusões a que chegaram.

A seleção do material analisado neste artigo foi um tanto assistemática. O único critério era que contivessem alguma forma de amostragem, o que eliminou um grande número de obras sociológicas, inclusive muitas das mais conhecidas. Houve também uma preocupação em incluir trabalhos de épocas variadas do período pós-durkheimiano que atravessamos até agora. Por isso, as datas de publicação vão de 1960 (65 anos após *As Regras*) a 1994 (praticamente cem anos depois). A distribuição por ano de publicação, é a seguinte: um de 1960, um de 1978, um de 1982, um de 1984, dois de 1987, quatro de 1989, um de 1993 e um de 1994.

É importante mencionar que os conceitos, pressupostos e conhecimentos, estes dos mais elementares, na base dos quais é feita a minha análise, *eram plenamente disponíveis à época da produção dos trabalhos analisados*. Na discussão que se segue adoto, em cada seção, a ordem cronológica da publicação dos trabalhos. Alguns destes serão analisados mais detalhadamente e outros menos, o motivo para isso sendo a maior disponibilidade de dados em uns do que em outros.

4.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta subseção procurarei ver exatamente como o sociólogo vem enfrentando as definições de sua população e de sua amostra (se for o caso) e como planeja e executa sua coleta de dados. Posteriormente procurarei mostrar como ele analisa os dados que colhe.

(1) Octávio Ianni. Segunda Parte, in *Cor e mobilidade social em Florianópolis; aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960). Essa obra é considerada um dos marcos em estudos de relações raciais no Brasil. É a mais antiga das que estão sendo analisadas neste artigo.

Aqui ocupo-me da segunda parte do livro, que é o resultado de um *survey* por amostragem realizado naquela cidade como parte de um estudo maior. A população fim do autor era a da cidade de Florianópolis. Isso é explicado nos seguintes termos:

Necessitávamos de dados sobre [...] um setor da população que pudesse ser considerado resultante de um corte vertical da pirâmide social.[...]

Aplicar o questionário nas escolas foi considerada a alternativa por duas ordens de fatores.

Primeiro, por causa da sua economia. Segundo, porque o conhecimento de alguns caracteres das populações escolares em outras comunidades

assegurava-nos que elas se compõem, ainda que em proporções desiguais, de indivíduos pertencentes às diversas camadas sociais. (Cardoso e Ianni 1960, p. XXXIII).

A população amostral foi a população escolar dos cursos normais, colegiais (2º Ciclo) e técnicos de comércio. Os autores tomaram toda essa população amostral como a “amostra” da população fim, não tendo havido propriamente amostragem e amostra (mas todo o raciocínio e análise no livro são feitos como se fosse o caso).

A aplicação do questionário que foi desenvolvido resultou num conjunto de 552 casos. Essa “amostra” tinha uma distribuição de idades de 14 a 45 anos. Mais especificamente, só 193 (35%) estudantes são das idades de 14 a 17 anos (idade “normal” no 2º Ciclo); os demais 359 (65%) vão até 45 anos de idade.

Embora os autores não mencionem, essa parece-me ser uma circunstância, resultante do acaso, que melhorou a amostra; já que incluiu mais pessoas com idades mais próximas às da população fim (adulto).

A composição dos estudantes por cor é a seguinte: 552 brancos (96,5%) e vinte mulatos (3,5%); *nem um negro na amostra*. (O subtítulo do livro é “aspectos das relações entre negros e brancos”). Sabe-se como entraram na pesquisa os 552 brancos: são os estudantes aos quais se aplicaram os questionários; não se sabe no entanto, de onde vieram os vinte mulatos: não há referência a eles quando se expõe a metodologia utilizada (p. XXXIII a XXXVII) nem em qualquer outra parte do livro. Enquanto isso, a composição da população de Florianópolis em 1950 (o trabalho de campo da pesquisa de Cardoso e Ianni foi realizado em julho de 1955) era a seguinte: brancos 90,52%; pretos, 7,43% e pardos, 1,85% (os “de cor” são assim, 9,28% mais de 2,5 vezes a porcentagem dos mesmos na amostra). (CF. Cardoso e Ianni 1960, p. 93). Ora, conhecendo a conduta diferenciada do mulato em comparação com a do negro, é perfeitamente legítimo supor que dificilmente as respostas dadas pelos vinte mulatos da amostra de Ianni seriam equivalentes às dos negros, se estes estivessem incluídos na amostra. Acresce que esses vinte mulatos são, nos termos de Ianni, “escuras e claros”. Os dez mais claros se declararam brancos” (p. 222). Tudo indica que as respostas dadas pelos mulatos nessa amostra não poderiam ser tomadas como respostas de negros.

A composição por “estratos sociais” era a seguinte: classe baixa, 118 (21,4%); classe média, 193 (35,0%); classe alta, 213 (38,6%) além de 28 (5,1%) sem declaração de profissão dos pais dos alunos, na qual foi baseada essa categorização. Vê-se aí uma altíssima super-representação da “classe alta”. Os autores³ reconhecem este problema e afirmam que isso

decorre do fato de termos submetido o questionário somente a alunos do segundo ciclo do curso secundário, o que significa que apanhamos maior parcela daqueles cuja posição social lhes permitia continuar os estudos. Em outros termos, esses

3 Refiro-me aqui a autores, no plural, porque a parte do livro onde está esta informação é da autoria de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; quando passar a tratar somente da segunda parte, o survey, a referência será Ianni (1960).

alunos representam a parcela da população de adolescentes que o sistema escolar selecionou. (Cardoso e Ianni 1960, p. XXXV).

Essa observação, que fala por si mesma, é apenas registrada pelos autores, sem indicação de que se trata de uma séria limitação da amostra nem de que algum procedimento tenha sido adotado para corrigi-la. O resultado é que em todas as tabelas analisadas por Ianni nas quais não há separação das classes sociais, ou seja, onde ele lida com o total da população, *o preconceito está provavelmente inflado pelo peso maior do estrato social mais alto*. Apesar dessas características da amostra, os autores dizem que

os dados não se contradizem; pelo contrário, completam-se. Os caracteres da situação de contacto que pudemos apanhar com o questionário foram os mesmos revelados através das entrevistas e outras técnicas[...] o que reforça a nossa convicção de que o material fornecido pelo questionário *pode* ser aproveitado para a reconstrução da realidade. (Cardoso e Ianni 1960, p. XXV, grifo meu).

No entanto, toda a análise quantitativa dos assuntos do questionário é feita só com o material proveniente do mesmo, não se apresentando resultados das “entrevistas e outras técnicas”.

(2) Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, *Emprego doméstico e capitalismo* (1978). Este é um estudo de empregadas domésticas e donas-de-casa na cidade de Araraquara, São Paulo.

Houve uma única amostragem, que foi do tipo sistemática, mas a seleção dos domicílios da amostra a cada n domicílios da população, era feita simultaneamente em diversos setores espaciais da cidade, por diferentes pesquisadores. Em cada setor desses sobravam, então, sempre, alguns domicílios que não alcançavam o intervalo sendo utilizado. Esses eram desprezados e terminaram sendo em números bem maior do que teria ocorrido normalmente, quando a sobra ocorresse somente uma vez, para a cidade como um todo.

O número de domicílios visitados chegou a 933; repare-se, no entanto, que o conjunto de domicílios da cidade de Araraquara incluía residência *sem empregadas nem donas-de-casa*. Com a palavra a autora:

Em 148 dos domicílios pesquisados foram encontradas empregadas domésticas, sendo que em 132 havia somente uma serviçal e em 16 havia duas. Isto fornece um total de 164 empregadas domésticas que, somadas às encontradas em suas próprias residências, 44, perfazem um montante de 208. As donas-de-casa empregadoras são, portanto, 148 e as que não contam com auxílio de empregadas somam 741. (Saffioti 1978, p. 21-22).

Da amostragem feita resultaram três conjuntos distintos — um de 208 empregadas domésticas, um de 148 donas-de-casa com empregadas (patroas) e 741 donas-de-casa sem empregada. Houve um teste prévio do instrumento que seria utilizado, junto a “84 mulheres pertencentes a diferentes estratos sociais e possuidoras

de distintos graus de escolarização. Realizadas as correções necessárias, imprimiu-se o questionário e passou-se a entrevistar as mulheres amostradas”. (Saffioti 1978, p. 20).

(3) Maria Lucia Werneck Vianna e Julio Abulafia Salinas. “Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário. Dados: Revista de Ciências Sociais 25(1): 105-128. 1982. Estudo entre filiados a associações de pequenas e médias empresas, sediadas em três estados do Brasil (São Paulo, Paraná e Pernambuco).

A população não está bem definida. Julgando-se indiretamente, mais pela própria amostra, aparenta ser todas as empresas filiadas às quatro associações envolvidas. O artigo não fornece a mínima informação sobre como a amostra foi escolhida nem, na verdade sobre qualquer outro aspecto da amostragem e da amostra. Não se tem o tamanho da população, mas há referência a que uma das associações tinha 345 empresas filiadas e uma outra havia conseguido filiar cem empresas. Nenhuma informação sobre as demais. Pelas tabelas discutidas verifica-se que a amostra é de apenas 36 filiadas.

(4) Maria Coleta F. A. de Oliveira, “A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino familiar: um estudo de caso em Pederneiras, São Paulo” (1984), in Neuma Aguiar (org.), *Mulheres na força de trabalho na América Latina; análises qualitativas*.

Este trabalho poderia ter sido citado na seção “A informação sobre a pesquisa”, acima, como um péssimo exemplo de falta ou incorreção de informações sobre a metodologia adotada. À página 100, lê-se no primeiro parágrafo de uma seção intitulada “o universo de experiência das mulheres”, que

As mulheres aqui estudadas são todas mulheres cuja experiência de vida esteve ligada predominantemente ao mundo rural, apesar das diferenças entre as mulheres volantes — isto é, residentes na cidade e empregadas na agricultura — e aquelas moradoras nas fazendas [...]. (Oliveira 1984, p. 100).

E nada mais. No entanto, a autora trabalha com uma amostra: esse termo é usado no artigo, e aparece mesmo a frase “ambas as amostras de mulheres”, provavelmente referindo-se aos dois conjuntos que são analisados, volantes e moradoras na áreas rural. Não há referência explícita ao tamanho da (ou das...) amostra(s); tem-se que inferi-lo das suas tabelas que são apresentadas ao fim do livro: são 99 moradoras e 194 volantes o que dá um total de 293 mulheres trabalhadoras na agricultura em Pederneiras. *Nenhuma informação é-nos dada sobre o processo de seleção dessas mulheres.*

(5) Danielle Ardaillon e Guita Grin Débert, Quando a vítima é mulher; análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio (1987). Estudo de processos jurídicos em seis capitais brasileiras.

As autoras fornecem poucas informações sobre a amostragem que fizeram. O material utilizado por elas são processos jurídicos; ou seja a amostra é desses processos e não de pessoas. Resultaram apenas 21 casos de estupro, onze de espancamentos e

doze de homicídios. Em todos esses casos o acusado é do gênero masculino e a vítima do feminino. As autoras dizem explicitamente que (a) “Os casos escolhidos não possuem representatividade estatística [...]”; (b) não foram selecionados aleatoriamente; (c) ao contrário, alguns casos foram escolhidos ”bem deliberadamente, outros pela completude do material legal que os rodeava [...] são] casos conspícuos, que não tinham a menor importância, pois o que se tratava de entender eram os mecanismos de julgamento que fazem dos crimes contra as mulheres casos especiais diante de outros crimes [...]” (Pena 1990, p. 162, ênfase da autora).

(6) Edmundo Campos Coelho, *A oficina do diabo* (1987). Este livro é resultado de trabalho de campo realizado em 1983 nas penitenciárias do Rio de Janeiro. Trata-se, essencialmente, de uma descrição do sistema penitenciário daquele estado.

A população fim é constituída por “aproximadamente” dez mil presos do Rio de Janeiro. Uma amostra de 989 presos é utilizada *apenas* para dar uma caracterização geral dos mesmos, apresentada na primeira parte do livro, em quadros numéricos e algum texto. Com o mesmo fim houve também uma amostra de 380 guardas das prisões. Essas duas amostragens foram probabilísticas (sistemáticas).

Mas há uma outra amostra, que é a principal, porque é ela que fornece o material para a parte mais substantiva do livro (que se revela até na extensão: 66 páginas de um total de 173). *Não se sabe o número total de amostrados*, mas que foram gravadas 31 entrevistas com presos, dezenove com guardas e *outras* (cujo número não é fornecido) com médico, assistentes sociais, psiquiatras e outros funcionários do sistema. As entrevistas com presos e guardas foram consideradas as mais importantes. E aqui vem um sério problema de amostragem. Segundo o autor,

No caso dos presos, em cada estabelecimento *o primeiro entrevistado era normalmente escolhido pelo chefe do Serviço de Segurança ou por seu subordinado, o chefe da Seção de Vigilância*. A razão para isto é simples: o entrevistador não tinha ainda [sic] critérios previamente definidos para selecionar ele próprio o entrevistado. Em seguida *os próprios presos sugeriam nomes de outros internos* a partir de algum critério definido pelo entrevistador (um ‘xerife’ ou um preso antigo, por exemplo). (Coelho 1987, p. 171-172, grifos meus).

Ou seja, trata-se de uma amostra essencialmente arbitrária, inclusive dependente das percepções, não necessariamente boas, corretas ou realistas, de terceiros (no caso, os próprios entrevistados, um caso muito inusitado de a amostra ser escolhida pelos próprios amostrados).

As entrevistas pelo que se pode deduzir pela apresentação do livro, foram muito bem conduzidas. “Os entrevistados foram procurados nos seus locais de trabalho [é] feitas em local reservado, presentes apenas o entrevistado e o entrevistador [...]”. (Coelho 1987, p. 171) — característica da mais alta importância, nem sempre seguida em outros casos. Isso para mim exemplifica um caso de procedimentos bastante cuidadosos numa

etapa da pesquisa (a coleta dos dados) sem o mesmo rigor em outra(s), (neste caso a amostragem), prejudicando a pesquisa.

(7) Arakcy Martins Rodrigues, “Práticas e representações de pequenos funcionários públicos de São Paulo”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1989). Este trabalho é parte de um projeto mais amplo cuja preocupação central é o trabalho feminino.

A população fim são os funcionários públicos da cidade de São Paulo. A autora afirma que “é talvez impróprio denominar o conjunto dos casos estudados de ‘amostra’: 22 funcionários públicos escolhidos pela faixa de renda” (p. 86). É uma estranha afirmação, porque o conjunto em apreço, pelo simples fato de não ser a população, é uma amostra; mas ficamos sem saber a razão daquela “impropriedade”. Não está suficiente ou convencedoramente justificada a forma como as pessoas foram escolhidas (um levantamento preliminar de casa em casa em determinados bairros da cidade de São Paulo, quando os cadastros dos serviços públicos e das associações de funcionários proveriam um meio muito mais eficiente para esse fim). Somos ainda informados de que

embora *sem nenhuma pretensão à representatividade*, tentamos diversificar os bairros de moradia e a faixa etária dos entrevistados, além da preocupação de escolher a metade dos casos entre mulheres e de distribuir equitativamente os indivíduos entre as subcategorias de renda. (Rodrigues 1989, p. 86 grifos meus).

A amostra resultou em 22 funcionários “escolhidos pela faixa de renda” e nela, apesar do tamanho, a autoria distingue “quatro grupos distintos no conjunto das pessoas entrevistadas” (p. 86 de trabalho manual, cargos administrativos etc.). É fácil ver de que tamanho seria cada um desses grupos.

(8) Helena Hirata e John Humphrey, “Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1989).

Apesar do título referir-se a Brasil, o estudo refere-se a trabalhadores do distrito de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. É baseado numa amostra de 57 mulheres e 83 homens. Os autores informam que a amostra foi “constituída de maneira aleatória, por sorteio, a partir de listagens do IBGE, atualizadas [...]”. Mas, por outro lado, dizem também que “tomou-se o cuidado de incluir diferentes faixas etárias, qualificações e situações familiares” (p. 72), o que não condiz com a prática do sorteio, mas sim com a de amostragem por cotas. É dito ainda que “conseguimos entrevistar, em média, um(a) operário(a) em cada dez domicílios visitados” (p. 73), prática típica de amostragem sistemática. Fica a incerteza.

Os autores utilizam as expressões “pequena” e “Tamanho relativamente reduzido” (p. 72 e 73) para designar sua amostra. Mais ainda, “nossa pesquisa subestima os números reais [de determinados subconjuntos de trabalhadores], na medida em que só podíamos entrevistar aqueles que deixaram a cidade mas voltaram numa data posterior” (p.77). Apesar dessas circunstâncias desfavoráveis para a

amostra, eles afirmam que ela é “representativa da área altamente industrializada da região metropolitana de São Paulo” (p. 37, grifos meus).

(9) Sérgio Adorno e Emiliana Blumer T. Bordini, “Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1989). Estudo de reincidência de delitos entre sentenciados libertados.

Este estudo tem como população os sentenciados libertados da Penitenciária do Estado nos anos de 1974 a 1976. Consultados documentos oficiais em instituições do gênero, foram identificados 252 sentenciados nessas condições, todos homens, “dada a natureza do estabelecimento penal enfocado” (Adorno e Bordini 1989, p. 71). Não houve amostragem; a análise dos autores é feita sobre dados coletados dos 252 sentenciados em questão.

(10) João Gabriel L. C. Teixeira, *Os metalúrgicos de Salvador; um estudo e ideologia operária*, (1989). Esta obra é o resultado de uma pesquisa em duas fábricas na região metropolitana da capital baiana, com trabalho de campo realizado em 1979 e 1980.

Em cada uma das duas fábricas houve três estágios de coleta de dados. Nos dois primeiros foram feitas entrevistas informais, observação participante e entrevistas exploratórias semi-estruturadas. O último estágio foi caracterizado pelo autor nos seguintes termos. Na primeira fábrica (f. 1),

[...] um roteiro de entrevista estruturada foi elaborado, levando em consideração o que os discursos sugeriam ser relevante para os trabalhadores de uma amostragem de 101 operários, selecionada de acordo com a distribuição das funções, numa força de trabalho de 605 trabalhadores manuais. [...] no questionário, uma série de questões abertas foram mantidas com (o) propósito [de coletar o máximo de informação qualitativa possível]. (Teixeira 1989, p. 24-25).

Na segunda fábrica (f.2),

O mesmo questionário foi aplicado [...] a 51 operários de uma amostra escolhida a partir da distribuição das funções produtivas na fábrica. Essa amostragem era significativamente representativa, uma vez que nesta fábrica, apenas 198 trabalhadores estavam, na realidade, envolvidos no processo produtivo, numa força de trabalho de 306 empregados. (Teixeira 1989, p. 27).

Se se considera que apenas quatro tabelas com dados do questionário são apresentadas, supõe-se que aquelas questões abertas, não quantificadas, foram a grande maioria. A representatividade significativa anunciada pelo autor aparentemente é devida ao fato de o tamanho da amostra em F.2 constituir 25,8% (51/198) do total de trabalhadores do processo produtivo. Mas sabidamente, o simples tamanho de uma amostra ou mesmo sua proporção dentro da população não a faz necessariamente representativa. Por outro lado, nenhuma informação é dada sobre *como* os elementos da amostra foram selecionados. O trabalho é considerado exploratório (p. 17, 182). Há menção a

“entrevista estruturada” no texto, no decorrer da análise, mas não no capítulo sobre metodologia; entendo que é o mesmo questionário. O autor menciona a “representatividade” da amostra da fábrica F.2 mas não da F.1.

(11) Wilma Mangabeira, *Os dilemas do novo sindicalismo* (1993). Trata-se de pesquisa sobre sindicalismo entre operários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Rio de Janeiro.

Neste caso, (a) a amostra foi intencional (não estatística); esforço feito para ter na amostra pessoas das diversas tendências sindicais, ocupações etc. Mas esse esforço foi realizado através de seleção intencional dos *informantes* via indicação de entidades e outras pessoas com as quais a pesquisadora ia entrando em contato. A própria autora caracteriza essa amostra como não “estatisticamente representativa do universo quantitativo da força de trabalho manual empregada” na empresa, mas que “os grupos de informantes são representativos [sic] de diferentes níveis de ativismo sindical e de diversas concepções do sindicato e da política”. Além disso, ainda segundo Mangabeira, “a composição dos entrevistados por qualificações é representativa da estrutura do mercado interno da usina siderúrgica” (Mangabeira, 1993, p. 58, 59, 62). As representatividades apontadas aí são manifestadas pela autora devido aparentemente ao fato de a amostra conter “representantes” das diversas categorias de operários e de sindicalistas, não importando como tenham sido selecionados.

(12) Maria da Glória Bonelli, “O mercado de trabalho dos cientistas sociais” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1994). Trata-se de artigo baseado em tese de doutorado (Unicamp) sobre o mesmo tema.

Nessa pesquisa, Maria da Glória Bonelli utilizou exclusivamente o cadastro da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Asesp) e utilizou as informações contidas em todas as 1988 fichas de filiação existentes na Associação em 1990. Na verdade, ela trabalha com a população de filiados à Asesp naquele ano e tomou todos como uma “amostra” da população de sociólogos do Estado de São Paulo. Dos 1988 filiados, 1346 eram mulheres e 642 homens.

4.3 A RESPOSTA DA AMOSTRA

A questão da qualidade da amostra efetiva que afinal das conta será analisada não termina com a determinação do seu tamanho e a seleção dos elementos que a vão compor. Quando o trabalho de campo é executado outros problemas podem surgir que, se não corrigidos, afetam sensivelmente a amostragem sendo feita. Abordarei agora alguns desses efeitos naqueles casos em que houve problemas desse tipo, distribuídos pelos seguintes tipos: (a) recusa à entrevista (inclusive pessoas não encontradas), (b) não-resposta a determinadas perguntas e (c) respostas “não sei”.

4.3.1 RECUSA À ENTREVISTA

Aparentemente não houve esse problema em diversos dos casos aqui analisados. Em Ianni (1960), por exemplo, a aplicação dos questionários foi feita a estudantes do segundo ciclo; na falta de qualquer menção a essa questão por parte do autor, é de supor que teriam ficado fora do inquérito somente os que eventualmente faltaram às aulas no dia da aplicação do questionário, o que seria provavelmente de uma magnitude desprezível.

No estudo das empregadas e donas de casa em Araraquara (Saffioti 1978) a situação é bem diferente. Conforme diz a autora: “Residentes ou trabalhadoras de *muitos domicílios* não foram abordadas por permanecerem aqueles fechados durante largo tempo” (p. 21, grifos meus). Como se sabe, pelas características diferentes que provavelmente têm do resto do conjunto amostrado, os não encontrados são um problema sério na representatividade da amostra total em relação à população. Nenhuma correção foi feita para esse fato. Nem se informa se tentativas exaustivas teriam sido feitas para encontrar os moradores daqueles “muitos domicílios”. As respostas obtidas dos entrevistados seriam provavelmente, no conjunto, diferentes se aqueles elementos da amostra tivessem sido entrevistados.

Face aos problemas de amostragem havidos, os mencionados na seção anterior e estes, não tenho certeza de que a amostra de Saffioti seja representativa sequer para a cidade de Araraquara.

Coelho (1987) descartou apenas duas entrevistas, “dado o visível temor e constrangimento dos presos em falar sobre a vida na prisão” (p. 171).

Arakcy Rodrigues menciona “*grande número* de recusas em conceder a entrevista. No total foram visitadas 349 residências e localizados 75 funcionários públicos” (p. 88, grifos meus). Chegou a haver um “relatório de recusa” para cada caso, o que se afigura um procedimento especialmente importante. “As razões alegadas pelo agente e, principalmente, a maneira pela qual ele se esquivou da entrevista forneceram dados interessantes para a análise”(p. 90), mas a autora não entra em mais detalhes sobre isso.

4.3.2 RESPOSTAS “NÃO SEI”

Evidentemente há respostas “não sei” autênticas. Outras vezes são apenas tentativas do entrevistado de, por algum motivo, evadir a dar a uma resposta. Os dados de Teixeira sofrem também desse problema em duas tabelas. Na da página 131, sobre razões para não ser sindicalizado, ele jogou em uma categoria “outro ” o que considerou “repostas evasivas ou ambíguas”, correspondendo a nada menos que 30,5 % na fábrica F.2 e a 16,4% na fábrica F.1. Em uma outra tabela, página 162, uma

categoria igual atinge 13,3% na F.2 e 12,7% na F.1. Aliás, nessa última fábrica, se se agregar falta de resposta e resposta “outro”, a porcentagem chega a 20,6% dos entrevistados conduzindo-se de maneira a complicar a análise dos dados. Em todos esses casos os números entram nas tabelas ao lado das respostas que efetivamente têm significado; ou seja, o autor os considera simplesmente como uma categoria como as demais, sem nenhum esforço de algum ajuste estatístico.

O procedimento adotado pelos autores em referência — o nada fazer, simplesmente calcular as porcentagens dessas categorias anômalas, como para as demais, autênticas — pressupõe que entre os entrevistados que estão em “sem respostas” e “outro” existiria uma distribuição de categorias de respostas, se eles houvessem respondido normalmente, diferente da dos demais; com essa suposição (mas os autores não nos informam sobre isso, e considero mais provável que nem sequer tenham considerado o problema) as porcentagens apresentadas para as demais categorias realmente seriam as que estão na tabela. Mas se os “sem respostas” e “outro” ou categorias semelhantes ocorrem por simples azar (sendo suas respostas efetivas, se as tivessem verbalizado, iguais, proporcionalmente, às dos entrevistados que responderam normalmente), então alguma coisa teria que ser feita a título de ajuste dos dados (e das porcentagens, que poderiam resultar diferentes). (Esses procedimentos são discutidos em manuais introdutórios de pesquisa ou de estatística; cf. Zeisel 1962). Isso pode significar a diferença entre a existência ou não de uma associação entre variáveis, por exemplo. No caso dos nossos autores fica apenas, mais uma vez, a dúvida.

4.3.3 NÃO RESPOSTA.

Outro item eventualmente sério é a frequência de “sem resposta”. Aparentemente não há problemas desse tipo em Ianni e nos demais casos, com as duas seguintes exceções.

A não existência de respostas aparenta ser um problema sério em Teixeira. Na tabela à página 135 o autor analisa as respostas à pergunta sobre qual deve ser a função dos sindicatos. Ocorrem nada menos de 44,6% (dos 101 entrevistados) de nenhuma resposta; na tabela sobre opinião dos operários acerca da criação do Partido dos Trabalhadores, 23,6% dos 51 entrevistados na fábrica F.2 não responderam. Tanto num caso como no outro essas porcentagens aparecem “normalmente” ao lado das respostas enquadradas nas demais categorias.

Em “O mercado de trabalho dos cientistas sociais” as fichas manipuladas por Bonelli eram deficientes na informação sobre um dado importante, a ocupação do afiliado. Na tabela 2 constam 29,5% de “com ocupação, mas sem informação sobre função” (essa porcentagem chega a 34,1% entre os homens).

4.4 GENERALIZABILIDADE

Vejo este item relacionado com dois aspectos importantes do processo de pesquisar: a representatividade da amostra e a extensão da população de onde a amostra é extraída. Primeiro, a representatividade é tecnicamente conseguida através de um processo de amostragem adequado. Esta deve ser a primeira preocupação do sociólogo que tem propósitos de generalização em qualquer trabalho de pesquisa; e, por outro lado, este é um sério problema na sociologia que se faz no Brasil. Os trabalhos aqui analisados apresentam uma dupla face quanto a este item. Por um lado, praticamente todos os autores advogam, alguns com certa ênfase, que sua amostra é representativa. Por outro lado, tem-se o processo efetivo de amostragem que, tal como executado, não deixa muita margem para representatividade dos dados coletado. Quase todos fizeram uma amostragem sem técnicas adequadas e concluíram com amostras defeituosas que redundam numa falta total de certeza quanto à representatividade.

Segundo, a extensão da população de onde essa amostra foi tirada. As populações escolhidas para estudo nos trabalhos aqui analisados são todas pequenas, possibilitando uma margem muito estrita de generalizabilidade para uma população maior (o país como um todo, uma região etc.). As populações estudadas podem ser ordenadas, segundo a extensão, da seguinte forma, em uma ordem descendente (a referência aqui é, obviamente, à população fim supostamente pretendida pelos autores como conjunto social mais amplo sendo pesquisado; a falta ou a má definição da população, por parte dos autores, dificulta ser preciso aqui, de forma que o que apresento é apenas uma tentativa de inferência do que foi apresentado pelos autores):

População fim	Autor
1. Cidade de Florianópolis, SC	Ianni (1960)
2. Empregadas domésticas em Araraquara, SP	Saffioti (1978)
3. Presidiários das penitenciárias do Rio de Janeiro, RJ	Coelho (1987)
4. Funcionários públicos da cidade de São Paulo, SP	Rodrigues (1989)
5. Operários da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, RJ	Mangabeira (1993)
6. Sociólogos do Estado de São Paulo	Bonelli (1994)
7. Trabalhadoras agrícolas do município de Pederneiras, SP ...	Oliveira (1984)
8. Casos de crimes de estupro, espancamento e homicídio em seis capitais do Brasil	Ardaillon e Débert (1987)
9. Homens e mulheres desempregadas no Distrito de Santo Amaro, cidade de São Paulo, SF	Hirata e Humphrey (1989)

10. Reincidentes penitenciários em São Paulo, SP Adorno e Bordini (1989)
11. Metalúrgicos em Salvador, BA Teixeira (1989)
12. Filiados em quatro associações de pequenas e médias empresas Vianna e Salinas (1982)

Ressalvadas as limitações apresentadas de indefinição das populações e a provável magnitude das mesmas, vê-se aí que o conjunto estudado por Ianni, a cidade de Florianópolis, que àquela altura tinha uma população aproximada de setenta mil habitantes, é o maior deles. Os demais são populações especiais de tamanho reduzido (trabalhadoras agrícolas de um determinado município, sociólogos de um único estado, desempregados de um distrito de uma grande cidade, poucos metalúrgicos de uma capital nordestina, presidiários etc.). Isso leva-me a concluir que o grau de generalizabilidade dos resultados é extremamente baixo, nada nos fornecendo que possa ser agregado a um conhecimento de âmbito nacional ou pelo menos regional.

4.5 DISCUSSÃO DAS LIMITAÇÕES

É um imperativo da pesquisa sociológica (como, aliás, de qualquer disciplina) que os autores informem nos seus relatórios sobre as limitações que encontraram, seja na amostragem, seja na execução do trabalho de campo, enfim, de qualquer natureza e em qualquer etapa. Poucos fazem isso (É preciso, contudo, estar consciente, obviamente, da existência de tais limitações).

Dessa exposição sobre a população e a amostra de cada um dos doze estudos objeto deste artigo, conclui-se que são as seguintes as características do processo. Incluo aspectos que não foram mencionados até agora, até mesmo procedimentos/técnicas que não seriam adequado aplicar quando se tratava de amostras não probabilísticas; o papel dessa inclusão é mostrar o que potencialmente se perde em termos de qualidade da pesquisa sociológica no Brasil:

(a) Em nenhum caso faz-se uma clara e precisa definição de qual é a população fim e tampouco existe uma distinção clara entre população e amostra, definindo bem aquela;

(b) Só em três casos (Saffioti 1978, Coelho 1987 e Hirata e Humphrey (1989)) a amostra é selecionada por sorteio (probabilística), mas não se faz uso dos recursos que esse procedimento permite (mensuração do erro, expansão da amostra para a população, intervalos de confiança etc.); faltam informações sobre o critério de seleção dos informantes, ou as informações são insuficientes, em todos os demais casos;

(c) O tamanho da amostra é definido não tecnicamente e faltam justificativas para o mesmo;

(d) Só um dos trabalhos (Saffioti 1978) menciona, ainda que dubiamente, teste prévio do instrumento de coleta de dados;

(e) Praticamente todas as amostras são de tamanho excessivamente pequeno *em função dos desdobramentos feitos na análise da mesma* (utilização de grupos de controle etc.);

(f) Nenhum tratamento (correção) é feito para o problema, apresentado em algumas das pesquisas, da rejeição de elementos da amostra em responder ao questionário;

(g) Alegação subjetiva de “representatividade” da amostra, sem argumentos e procedimentos técnicos que a justifiquem;

(h) Nenhuma preocupação com mensuração do grau de erro.

4.6 ANÁLISE

No processo de pesquisar tem-se numa ponta a elaboração do projeto da pesquisa e, na outra, a análise de dados coletados. Parece não haver dúvida, na verdade, que as grandes dificuldades, e deficiências, das pesquisas analisadas, residem precisamente nas duas extremidades do processo: mais especificamente na amostragem e na análise. Antes de entrar no assunto, relembremos o que afirmou, em 1979, José Pastore, em sua monografia *Desigualdades e mobilidade no Brasil*, ao comentar que na década de 50 “estudos pioneiros de caráter empírico” sobre mobilidade haviam utilizado métodos avançados de análise sociológicas as quais “foram descontinuadas em toda a década de 60 até nossos dias. [...] Isso apesar de todos os sociólogos, quase sem exceção, estarem sempre preocupados com as questões da desigualdade, das relações entre classes sociais e da interação entre classe e raça.” (Pastore 1979, p.32, grifos meus).

Podemos afirmar que a descontinuidade de que nos fala Pastore é bem maior do que a indicada por ele (e que merece um estudo aprofundado como parte de uma história mais sistemática da sociologia no Brasil). Em outros termos, predomina na sociologia feita no país o estilo discursivo (cf. Albuquerque 1987, “Função discursiva da sociologia no Brasil” e Figueiredo 1987, p.30). Mas vejamos como é a análise dos dados colhidos nos estudos que estão sendo considerados, outra vez seguindo a mesma ordem cronológica.

(1) Octávio Ianni (1960) analisa os dados referentes aos 552 estudantes brancos e vinte mulatos e dezessete pequenas tabelas no texto e nove outras num apêndice. Em nenhuma das tabelas aparecem números absolutos, mas somente porcentagens, o que dificulta a reanálise que será tentada aqui. Em resumo:

(a) Existem tabelas que não se baseiam no total de 552 estudantes brancos, mas em subamostras escolhidas arbitrariamente. Exemplo: na tabela da página 159 o autor apresenta as porcentagens dos estudantes brancos residentes em dois locais especialmente escolhidos (“melhor bairro residencial” e os morros). Como não se sabe o número dos residentes nessas áreas, só o autor sabe o significado daquelas porcentagens. O mesmo acontece com outras cinco tabelas (páginas 163, 169, 170, 171 e 172). Este ponto tem sua importância devido à costumeira prática de nossos sociólogos de calcular porcentagens sobre totais muito pequenos, o que, aparentemente, é o que acontece neste caso.

(b) Uma outra dessas subamostras foi utilizada na tabela à página 167. O critério nesse caso foi a idade dos estudantes. As categorias organizadas pelo autor foram 15 a 18 anos de idade, 18 (sic) a 21 e 21 (sic) a 25. (Suponho que os grupos são de 15 a 17, 18 a 21 e 22 a 25). Os de 26 a 45 ficaram fora dessa análise. Mas ocorre que uma das descobertas de Ianni com essa tabela foi a de que “o grupo dos mais velhos é justamente o que apresenta menor intensidade de rejeição” (p.167). Como o autor não inclui nessa análise os efetivamente mais velhos, e nenhuma explicação é dada para isso, é de lamentar que eles tenham sido excluídos para poder-se aquilatar da validade da conclusão tirada pelo autor. (Ou seja, se os estudantes de 25 a 45 fossem mais preconceituosos a conclusão aventada seria inválida; mas com o procedimento adotado pelo autor essa reavaliação é impossível). Ou, de outra forma: se a proposição é verdadeira, a inclusão dos mais velhos baixaria, ainda assim, a taxa de incidência do preconceito;

(c) O capítulo V do livro é intitulado “A ideologia racial do negro e do mulato”. Como simples e estranhamente não há negros na amostra, mas somente 552 brancos e vinte mulatos, no que se refere aos dados providos do questionário trata-se, na verdade, de ideologia do *mulato*, exclusivamente. Apesar disso, Ianni refere-se, não só no título, mas ao longo do capítulo, aos estereótipos e verbalização dos *negros* e mulatos (Ianni 1960, p.219) e às vezes refere-se a eles, englobadamente, como “de cor”, o que mascara a ausência de negros.

Uma faceta da análise de Ianni merecedora de reparos pode ser examinada na tabela VI, página 241. Ianni afirma que 50% dos *informantes* (todos mulatos, como vimos) verbalizaram que o negro é malandro, 67% dos mesmos dizem que ele é falso e assim por diante. Ora, as porcentagens dessa tabela não se referem a *informantes*, a *pessoas*, mas sim a *atributos*. No sentido em que as porcentagens estão calculadas (na horizontal), elas têm que ser lidas da seguinte forma: 50% das verbalizações de “malandro, farrista, preguiçoso” são atribuídas pelos vinte estudantes mulatos ao negro, enquanto 19% são atribuídas ao mulato e 31% ao branco. Ainda: 67% das menções a “falso, desonesto, ladrão” são atribuídas pelos vinte estudantes mulatos ao negro, com somente 11% sendo atribuídas ao mulato e 22% ao branco. E assim por diante.

As afirmações de Ianni baseadas nessa tabela, vistas como porcentagens de entrevistados, são incorretas. *E o mesmo acontece, pelo mesmo motivo, com a análise que ele faz dos dados de oito das nove tabelas do apêndice do livro.* Mais uma vez, a

não apresentação dos números absolutos impede uma verificação melhor das afirmações do autor. O fato de, por exemplo, 50% das menções de “brigão, desordeiro, vingativo” serem atribuídas pelos mulatos ao negro, *não significa que uma porcentagem igual de estudantes mulatos tenha feito essa avaliação dos negros*; muito ao contrário: se dos vinte estudantes mulatos *apenas quatro* tivesse feito aquela verbalização, isso significa que somente 20% *dos informantes* pensavam dessa forma. Um exemplo mais gritante: bastaria apenas um estudante mulato haver verbalizado “Preconceito, complexo de superioridade” para constituir os 100% das verbalizações que aparecem na tabela VI nessa categoria (nesse caso, atributo dado ao branco); mas esse único estudante *seria somente 5% do total de vinte estudantes mulatos!* Como o autor não os apresenta, fica-se na situação de rejeitar as porcentagens (neste caso específico) que ele apresenta (e, o que é pior, eventualmente suas conclusões) sem ter, infelizmente, nenhuma outra alternativa a pôr no seu lugar.

Em resumo: há super-representação da classe alta na amostra; não há negros na amostra mas o autor analisa as reações *dos negros* às pessoas brancas; conclui-se que o grupo dos mais velhos é mais preconceituoso, mas os efetivamente mais velhos não foram incluídos na análise por idade.

(2) No estudo de Saffioti (1978), de empregadas domésticas na cidade de Araraquara, a análise distingue três conjuntos - empregadas domésticas, patroas e donas-de-casa sem empregadas - como se foram três amostras de populações diferentes (o que não eram), e foram analisados em capítulos separados. O material distribui-se em 41 tabelas, em geral com duas variáveis e diversas subdivisões das mesmas, o que faz com que algumas dessas tabelas tenham até 102 células (caso da tabela XXVI, p.66), muitas das quais, devido ao pequeno tamanho da amostra para isso, ficam simplesmente em branco. A grande maioria das variáveis é do tipo nominal; e há algumas tabelas (a XXVI, por exemplo) que incluem uma variável nominal e outra de razão. Todas as tabelas são de porcentagens. Aqui revejo apenas o material referente às empregadas domésticas.

Seja dito também que a análise desse tipo de tabelas não é nada fácil (do que aparentemente os autores aqui discutidos não se dão conta) pois não existem índices ou coeficientes estatísticos adequados para a mesma. A autora não apresenta nenhuma estatística; aparentemente sua análise é toda “visual”: olha a tabela e reporta o que vê (ou pensa que está vendo). Por exemplo, num determinado momento, a autora faz afirmações bastante enfáticas a respeito da não existência de “correlação” entre as variáveis envolvidas em duas tabelas específicas. Vejamos com alguns detalhes o que acontece nesses dois casos.

Primeiro: diz a autora que “não se observou nenhuma correlação entre o gozo de folgas e sua frequência e a modalidade de residência - no emprego ou fora” (p.60). Uma olhada numa primeira tabela com os dados sobre essas variáveis (a de número XX, na página 60), faz-nos duvidar dessa afirmação, já que os números *parecem* indicar, a uma simples inspeção visual, que o que ocorre é exatamente o contrário do que afirma Saffioti (e isso serve de exemplo de como é relativo esse exame “visual), há uma

concentração (11.5%) de "nenhuma folga" na coluna de empregadas que residem fora do domicílio da família em comparação como os números da coluna das que moram no emprego (apenas 0,5%).

Mas a autora está tão convencida do seu achado que se propõe ir mais adiante e afirma que "uma nova organização dos dados permitirá verificar, com mais clareza, o que ficou dito", diz ela (p.60). E vem a tabela de número XXI, na página 61. Outra vez desconfia-se, apenas visualmente, mas numa direção contrária à da autora, de que existe uma associação entre as duas variáveis, ao ver uma porcentagem *maior* (76,3%) das que residem no emprego do que das que residem fora (47,1%) gozam de quatro até mais de cinco folgas por mês, enquanto as grandezas das porcentagens *se invertem* quando se trata de até três folgas, ou seja, 52,9% das que residem fora têm até três folgas enquanto que apenas 23,7% das que residem no emprego estão nessa situação - inversão essa típica da existência de pelo menos algum grau de associação. Em outras palavras, e segundo os *números* da própria autora, as que *residem no emprego gozam de mais folgas do que as que residem fora*.

No entanto, é possível sair do olhómetro e calcular qualquer simples estatística de associação. Na base dessa mesma tabela de Saffioti, o Q de Yule é igual a 0,568 que, bem ao contrário do que diz a autora, representa, como seria de prever, uma substancial associação entre as variáveis número de folgas e local de dormida da empregada.

Segundo: o mesmo acontece, logo em seguida, com a categórica afirmação de que "não há, tampouco, correlação entre estado civil e gozo de folgas mensais" (p.61); procedendo-se do mesmo modo, verifica-se que existe, sim, uma associação entre as variáveis envolvidas.

Apesar desses percalços, a autora afirma que a amostra foi "de alta representatividade da população total" (p.21) e, como "a extração sócio-econômica das domésticas *deve* ser bastante homogênea; seu universo cultural muito *parecido*; e a posição de subordinadas que ocupam, *idêntica*" (p.23, grifos meus), características essas questionáveis, Saffioti acha que pode

afirmar que o presente estudo *não se esgota, do ponto de vista empírico, nos limites da comunidade focalizada*. Do ângulo teórico, tem-se a pretensão de situar a problemática da doméstica *de forma válida para todas as formações sociais capitalistas, fundamentalmente, para as pouco industrializadas ou de industrialização dependente.[...] as interpretações aqui avançadas [serão] aplicáveis a qualquer situação social contida nos limites das formações capitalistas*". (Saffioti 1978, p.23-24, grifos meus).

Alta generalização com dados não generalizáveis.

(3) Duas observações podem ser feitas quanto à análise que Vianna e Salinas fazem dos dados por empresários filiados a associações de pequenas e médias empresas. Primeira, os irrisórios números que servem de base a cálculo de porcentagens (totais iguais a cinco e seis, inclusive). Então, os 17% de filiados que participam de uma determinada associação são, na verdade, apenas *uma* pessoa, e assim por diante.

Segunda, os autores fazem afirmações que dão a impressão de estarem lidando com um número bem maior de entrevistados. Por exemplo:

A percepção desta situação vai desde um vago sentimento de inferioridade, imposto pelos padrões de desenvolvimento da estrutura produtiva [...] à denúncia do desinteresse intencional por parte das lideranças do grande capital. (Vianna e Salinas 1982, p.117).

Essa *gama* de situações é provavelmente bem menos ampla do que a frase deixa entrever, dado o pequeníssimo número de pessoas da amostra. Efeito igual é o das porcentagens sobre bases pequenas como as que foram utilizadas. Esse ponto é importante, especialmente considerando que o conjunto é tão amplo quanto heterogêneo, conforme apontado pelos próprios autores (p.126).

(4) Ardaillon e Débert, como vimos, afirmam que seus dados não possuem “representatividade estatística”. Isso não é, em si, um grande problema metodológico, em absoluto; tudo depende do que se pretende fazer com os dados e do grau eventual de generalização que se dá, ou não, aos mesmos, no decorrer da análise. E neste caso, as autoras foram definitiva (e erradamente) além do que os seus dados permitem: “O número de casos apresentado”, dizem elas, “não caracteriza uma amostragem representativa [...] mas aponta para tendências, que podem ser consideradas *gerais*” [...] (Ardaillon e Débert 1987, p.22, grifos meus). A discussão é muito específica, de *casos* individualizados nominalmente (Dalva, Laís, Maria Geralda, Eliane...), sem nenhuma possibilidade de generalização, mesmo a identificação de eventuais “tendências gerais”.

(5) Sobre a amostragem feita por Coelho (1987) (detentos nas penitenciárias do Rio de Janeiro), afirmei acima que resultou numa amostra “essencialmente arbitrária”. Isso não preocupa o autor, bem ao contrário. Diz ele:

Pode-se questionar todo este processo de seleção de entrevistados quanto à representatividade do conjunto. A resposta é a seguinte: a equipe de pesquisa logo deu-se conta de que a unidade de análise não era o indivíduo (o preso), mas a prisão (ou o sistema prisional). [...] a estrutura de funcionamento das prisões constituíam o objeto de estudo e não as características individuais dos presos. Logo, a questão da representatividade do conjunto dos entrevistados não procedia [...]. Coelho 1987, p.172).

Na verdade, não é bem assim. O conteúdo dessas entrevistas (com indivíduos, presos) fornece a base empírica para a maior parte do livro, no decorrer do qual as afirmações vão sendo feitas e apenas “ilustradas” com transcrições das afirmações fornecidas pelos entrevistados. Veja-se neste exemplo a semelhança entre as afirmações dos presidiários e as do autor:

[Presidiário:]

- Eu, há nove anos... há nove anos eu venho ouvindo falar em projeto, em tentativa de vários órgãos de promoverem trabalho. Isso é novela que eu escuto

há nove anos; trabalho, condição digna de sobreviver no cárcere, contato com a família, essa coisa toda. Então, eu me vejo, não é, tonto em meio a tanta promessa. Me vejo tonto...

[Autor:]

Entre os presos a reação mais generalizada às propostas da política de “abertura” e “humanização” do sistema foi de incredulidade. Aparentemente, repetia-se o ritual já cumprido por tantas outras administrações passadas: anunciava-se medidas saneadoras sem que, de fato, nada ocorresse. (p.118, grifos no original)

E assim foi construído todo o livro, o autor apenas pondo em outras palavras o que os entrevistados haviam dito. Este procedimento, em si, não é necessariamente errado. A grande questão é: quantas afirmações de presos, de guardas etc., *estão por trás de cada afirmação generalizadora do autor?* Até que ponto a declaração de um determinado preso, selecionado com os “critérios” mostrados acima (e até mesmo com falta de critérios, conforme vimos), é a mesma *de pelo menos uma maioria* da população estudada? Isto não nos é dito. Considerando que essa amostra é bem pequena e que existe sim, ao contrário do que diz o autor, um problema de representatividade, a impressão que fica é de falta de fidedignidade dos dados.

(6) Nas palavras de Arakcy M. Rodrigues, em seu estudo sobre funcionários públicos em São Paulo,

embora se trate de um número muito pequeno de casos, as regularidades encontradas dentro do grupo [de seis que compõem o subgrupo de ocupantes de cargos administrativos] e a continuidade que certos traços apresentam em relação aos outros subgrupos [a autora dividiu os 22 em quatro subgrupos - média por tanto, de 5,5 pessoas por subgrupo] permitem sugerir algumas hipóteses sobre o segmento sócio-profissional (funcionários públicos de baixo escalão alocados em tarefas administrativas) *como um todo*. (Rodrigues 1989, p.91, grifos meus).

Incorretamente referindo-se ao segmento *como um todo*, tais “hipóteses” (na verdade, apenas comentários muito enfáticos, como se fossem definitivos, e não, tecnicamente, verdadeiras hipóteses, ou seja, proposições que relacionam entre si duas ou mais variáveis) referem-se a estratégias de sobrevivência, estilo de vida e visão de mundo e hábitos de classe (p.95-103) que compõem uma seção intitulada “análise do material”.

Mas Rodrigues deixou de lado nada menos que dezenove dos 22 membros da amostra, e toda a “análise” é feita em cima de apenas três pessoas, que são *individualizadas*: tratam-se de Tadeu, Nair e Ana (que nem sequer é funcionária pública, apenas esposa de um). Não considero necessário estender-me sobre este ponto. Basta acrescentar que, apesar disso, numerosas generalizações são feitas. Ou elas não têm o menor valor (não podem ser feitas na base de dois casos) ou as informações servem

apenas como “ilustrações” de princípios, doutrinas, proposições já previamente aceitas - procedimento metodologicamente inadequado.

(7) Hirata e Humphrey (1989) reconhecem o pequeno tamanho de sua amostra, mas, apesar disso, vão em frente, uma conduta bastante frequente na sociologia feita no Brasil atualmente: os próprios autores reconhecem alguma importante limitação do seu material mas mesmo assim entram com seus dados e os analisam. Ao afirmar que a amostra é “representativa da área altamente industrializada da região metropolitana de São Paulo”(p.73) Hirata e Humphrey estão claramente extrapolando seus resultados para uma população bem mais ampla do que aquela de onde tiraram sua amostra; portanto, injustificadamente, por qualquer critério técnico que se utilize.

(8) Adorno e Bordini (1989), no estudo sobre reincidência e reincidentes penitenciários, incorrem em erros semelhantes aos recém-apresentados. Acrescente-se uma falha adicional nesse artigo de Adorno e Bordini: as porcentagens são calculadas sobre os totais das colunas de reincidentes e não-reincidentes, separadamente, quando, para o fim que os autores desejavam (julgando-se pela própria análise que eles tentam fazer), as mesmas deveriam ter sido calculadas, em cada categoria - analfabetos, trabalhadores na produção industrial, anos de idade etc. - dando-nos quantos *são* e quantos *não são* reincidentes. Isso não foi feito.

Em Adorno e Bordoni (1989) não é fácil fazer uma análise dos dados devido aos seguintes pontos:

(a) o leitor não consegue ter certeza sobre em que direção os autores desejam orientar sua análise; por exemplo, uma coisa é dizer que “são elevadas [as] proporções de analfabetos na população criminosa” e outra, bem diferente, é que “são elevadas as proporções de criminosos entre a população analfabeta”. Ou que “a maioria dos penitenciários reincidentes é de cor preta” comparado com “a maioria dos penitenciários de cor preta é reincidente”,

(b) não há uso de medidas estatísticas, exceto porcentagens, as quais são comparadas “visualmente”, através de uma comparação das porcentagens, ou seja, não foram calculadas medidas de associação nem testes de significância;

(c) Outro problema é o tamanho relativamente pequeno da população (225 presidiários) que não permite análises estatísticas detalhadas como as que os autores procuram fazer. Em particular refiro-me a que as tabelas que fossem organizadas teriam que lidar com número bem limitado de categorias (três a quatro, no máximo); ao contrário disso, em duas tabelas esse número foi muito ultrapassado dificultando sobremaneira qualquer análise.

Mas os autores pretenderam verificar a existência de associação entre algumas variáveis (cor, idade, estado de origem, nível de instrução, ocupação e outras) como o fenômeno da reincidência penitenciária. Tomaria demasiado espaço para comentar as doze tabelas que eles apresentam; tomemos somente algumas. A tendência geral dos autores é indicar a ausência de associação entre as variáveis com que lida. “A maior parte dos traços analisados”, dizem eles, “não revelou qualquer significância no sentido

de explicitar marcantes diferenças entre os grupos observados” (p.79). Especificamente, fazem essa mesma observação para o caso de origem dos presos, cor dos mesmos, escolaridade, idade etc. Não apresentam nenhuma medida estatística; aparentemente chegam a essas conclusões apenas olhando a distribuição das porcentagens nas tabelas (apesar de frases como a seguinte: “verificamos a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre [...]”, à página 82. Calculando-se alguma medida estatística, como o simples Q de Yule, por exemplo, verifica-se a existência de associação, ainda que de baixas magnitudes, entre reincidência e instrução (0,189), instituição de procedência (0,251), cor (0,206) e número de entradas anteriores (0,257). Com resultados desse tipo nas mãos, o texto de Adorno e Bordini possivelmente tenha que ser alterado. Ou, dito de outra forma, seria outro o texto se tivessem calculado estatisticamente os índices de associação.

(9) Teixeira (1989), como vimos, tomou amostras de 101 e 51 operários em cada uma das fábricas (F.1 e F.2) com que trabalhou. Com só uma exceção, esses totais não aparecem em nenhuma das tabelas que fundamentam a sua análise. Os totais de F.1 nas três tabelas em que ela aparece são: 67, 107, 63; e os de F.2, nas quatro tabelas das quais constam, são: 36, 62, 30 e 51. Veja-se que a proporção de excluídos é bastante grande; chega a 38% em F.1 e a 41% em F.2. Esse fato prejudica, evidentemente, a análise. Que características teriam os que foram deixados de lado em comparação com os que permaneceram e foram “analisados”? Por que se teria amostrado 101 operários mas analisados somente 63 (p.162)? Ou 51 e incluído efetivamente na análise somente trinta? Nenhuma explicação é dada sobre o porquê disso. (Não se trata de casos de não resposta e de respostas que não puderam ser classificadas; estas existem, o que complica mais a situação, e estão nas tabelas).

Quando procura detalhar mais a análise, o autor fica com totais incrivelmente baixos, alguns dos quais totalmente inadequados para o cálculo de porcentagens; mas ele calcula mesmo assim. É o que acontece especialmente com as tabelas às páginas 162 e 169, nas quais o total é subdividido em operários “não qualificados”, “semiquualificados” e “qualificados”. Na primeira dessas tabelas, existem apenas *dois* semiquualificados em F.2; cada um deles foi classificado em uma categoria diferente e, para o autor, cada *um* constitui 50% (sic) do total. Coisa semelhante ocorre com os não qualificados, que são apenas quatro em F.2: três estão numa determinada categoria (75% do total) e um em outra (25%). Os demais totais sobre os quais são computadas porcentagens nessa tabela são 12, 24, 25, 26 e 30. Na coluna de total doze, cinco operários (ou 41,5%) não qualificados de F.1 foram classificados em “outros” (que inclui respostas vagas que não puderam ser classificadas) e sem resposta. As porcentagens dos demais ficam, evidentemente, distorcidas.

(10) Apesar de Wilma Mangabeira contar, segundo ela própria, com uma amostra não representativa, a tentação de extrapolar os dados para populações além daquela estudada é muito grande, como ocorre frequentemente nos estudos sociológicos brasileiros. Mangabeira cai nessa tentação, quando afirma:

[...] a possibilidade de generalização a partir do estudo de caso é fortalecida pela constatação de que, *no Brasil*, as divergências que separam o movimento sindical não se baseiam em diferenças entre setores tradicional e moderno, privado e público ou operários qualificados e não-qualificados.

E ainda:

[...] procurarei demonstrar que os problemas e dilemas da democracia sindical, observados na pesquisa, são ilustrativos de *outras* organizações influenciadas pelo “novo sindicalismo” no *país*. [o que é seguido por uma ressalva:] Entretanto, como este estudo não tem alcance comparativo, suas conclusões devem ser testadas em comparação com outros sindicatos de orientação semelhante. (Mangabeira, 1993, p.31, grifos meus).

Por último, uma ressalva mais forte e bastante correta:

[...] Mas como esse é o estudo de um único caso, suas conclusões só podem ser tomadas como hipóteses para a análise de outros casos. (p.199).

Aparentemente, a autora fica oscilando entre uma posição favorável à generalização para universos mais amplos (não defensável cientificamente, com os dados que coletou), e a limitação, para esse fim, da amostra de que dispõe.

(11) Razoável parte da análise feita por Bonelli no artigo de 1994 (baseado na tese de doutorado já referida), é em cima dos dados percentuais de duas tabelas, uma dos ramos/classe (36 subgrupos, incluindo os de “sem atividade”), e outra das ocupações (27 subgrupos, incluindo os “sem ocupação” e os “com ocupação, mas sem informação sobre função”), dos associados da Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo (Aseesp). Estranhamente, a autora afirma que “em números absolutos as mulheres são maioria em quase todos os subgrupos” (p.121) e que a situação se inverte e os homens são maioria em quase todos os subgrupos quando se calcula a distribuição relativa dos gêneros - como se isso fosse possível teórica e praticamente.

O que ocorreu foi um erro que aparece também em alguns dos outros trabalhos aqui analisados: as porcentagens foram calculadas sobre o total (e subtotais masculino e feminino), ou seja, quanto por cento (a) do total, (b) dos homens e (c) das mulheres estão em “estabelecimentos de ensino superior”, em “administração estadual direta”, em “funções burocráticas e de escritório”, em “assistentes, analistas e técnicos” etc., *mas boa parte da análise (que leva a autora a conclusões) é feita como se tivesse sido calculado quanto por cento de cada uma dessas categorias são homens ou mulheres, o que é uma coisa bem diferente*. O resultado é que as afirmações de Bonelli não representam a realidade, mais ainda, elas são *exatamente o contrário desta*. Assim, na Tabela 1 (p.117) de Bonelli não há “liderança masculina” (entenda-se por essa expressão da autora apenas “frequência maior de homens”) nos subconjuntos de uma e de outra tabela, como a autora afirma; bem ao contrário, *há minoria de homens em todas as categorias, com exceção apenas, num total de 36 ramos/classes, de três delas* (“cinema, teatro, diversões e espetáculos”, “organizações internacionais e representações estrangeiras” e “defesa nacional e segurança pública”), nas quais não

havia nenhuma mulher. Nas ocupações da tabela 2 (p.118), a maioria é também de mulheres em todos os 27 grupos delineados, com exceção apenas de “empregadores”, “ocupações da indústria de transformação (operador industrial)”, “vendedores e representantes comerciais” e “ocupações da defesa nacional e segurança pública (segundo sargento, oficial)” nos quais nenhuma mulher se faz presente.

O que se segue seria inevitável: a autora busca mecanismos que expliquem a situação que ela imagina. Um exemplo:

[...] Não é novidade que há discriminação. Mas o fato de essas desigualdades observadas nos estabelecimentos encontrarem alguma reprodução nas ocupações evidencia uma discriminação implementada pelo conjunto de seus membros. [...] A discriminação não é necessariamente uma determinação só do mercado. Pode ser vista também como a forma de a profissão preservar a atração de algum contingente masculino para seu corpo. A seleção profissional não é feita num mercado em abstrato. Há pares selecionando seus pares. São homens mulheres escolhendo outros homens e mulheres para o desempenho da profissão. Os professores aprovam seus novos colegas, os chefes de pesquisa recrutam suas equipes, os gerentes selecionam seu pessoal etc. [...]. (Bonelli 1994, p.121).

E por aí vai, num esforço vão, porque é uma tentativa de explicar um fenômeno que não existe: *as mulheres, afora as poucas exceções indicadas, simplesmente têm “liderança” (são maioria), em todos os ramos/classes e em todas as ocupações*, não havendo, assim, a “discriminação” apontada pela autora; se “discriminação” existe é contra os homens.

Por último, vimos antes que a amostra de Bonelli foram apenas os cadastrados da Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo. Isso não impediu a autora de generalizar, baseada exclusivamente nesses dados, que “o setor público é o maior empregador dos cientistas sociais no Brasil”. (Bonelli 1994, p.116. Grifos meus)

Dessa tentativa de reanálise dos dados das pesquisas selecionadas pode-se fazer o seguinte resumo:

(a) Diversos dos autores e autoras reconhecem sérias limitações de amostragem mas mesmo assim analisam os dados que afinal lhes ficaram disponíveis;

(b) Nenhuma expansão técnica é feita da amostra para a população; todas as análises são feitas em cima dos dados da própria amostra. Temos aqui uma “sociologia das amostras”;

(c) Nenhuma análise é para teste/verificação de alguma hipótese; os estudos são essencialmente descritivos, com associações entre algumas variáveis sendo indentificadas aqui e ali;

(d) Nenhuma análise utiliza nada mais sofisticado, por simples que ainda seja, além de simples porcentagens;

(e) A análise é feita, quase sempre, em cima de uma visão apenas olhométrica das mesmas, sem a utilização de testes estatísticos facilmente encontráveis. O resultado possível é que um segundo analista que reveja esses mesmos dados, com mais rigor metodológico, *pode chegar a resultados diferentes*.

(f) Encontram-se erros bastantes graves na análise feita pelos autores (porcentagens baseadas em totais excessivamente pequenos [inaceitáveis]; atribuição de certas características a determinados conjuntos de pessoas quando na verdade são

outros os que têm esses atributos; identificação de “correlações” entre variáveis quando na verdade elas não existem; o inverso, negação de “correlações” quando na verdade elas existem; descoberta de determinadas características baseada apenas em frases de um ou dois informantes (“ilustrações”) cuja eventual “tipicidade” não é sequer mencionada etc.

(g) Apesar de tudo encontram-se generalizações não somente para a população como um todo da qual as amostras foram retiradas, mas até para populações exteriores, por mais amplas que sejam, totalmente estranhas à amostra feita e à população original.

(h) Os autores chegam a conclusões com base em amostras não representativas, dados mal coletados e análise com erros técnicos.

(i) Em muitos casos as proposições conclusivas elencadas podem não condizer com os dados em questão se devidamente corrigidos.

5. RAZÕES E PARADOXOS

ESSA NÃO É, EVIDENTEMENTE, TODA A SOGIOLOGIA SENDO FEITA NO BRASIL. É APENAS um levantamento, em somente doze casos específicos, de *como às vezes se a faz*. Sabemos que *nem todos trabalham dessa forma*. Mas se existe um padrão, por todos pontos de vista defensável, de trabalho científico em sociologia, e se esse padrão não é seguido no Brasil por um bom número de sociólogos profissionais, a pergunta lógica é: por que isso acontece? Tentarei dar uma resposta sintética, apenas a título de sugestões para estudos mais aprofundados da história da metodologia sociológica no país.

5.1 AS RAZÕES

(a) A nova fase da sociologia no Brasil a partir, digamos, dos meados dos anos 40, iniciou-se dentro de um marco de referência caracterizado por insistência, da parte de um certo número de sociólogos, numa distinção entre os pólos de determinadas dicotomias, das quais consigo vislumbram algumas:

(a1) “Sociologia técnica” e “sociologia crítica”. Parte importante desse enfoque era um menosprezo pela primeira, e o que ela representava em termos metodológicos, e um destaque positivo para a segunda.

[...]. o sociólogo [da sociologia técnica] não está interessado em transbordar o nível imediato da objetividade das coisas. Essa objetividade é dada nas informações contidas nos documentos, questionários, formulários, entrevistas, declarações e histórias de vida. *É um tipo de trabalho que se limita ao reino das aparências*, já que esse é meio no qual se podem apanhar, medir, testar e verificar

ou comprovar os dados. [...]. O fetichismo, ou ascetismo, metodológico transforma o trabalho sociológico numa técnica de reificação, de produção ideológica, ou, como em muitos casos, numa ficção insípida. (Ianni 1975, p.77-79)

Enquanto isso,

[a sociologia crítica] não se restringe aos fatos sociólogos, mas sim aos fatos significativos, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou culturais que se revelam nas relações, processos e estruturas que caracterizam o problema em estudo. [...] a pesquisa e a análise vão contínua e recorrentemente das aparências às essências dos fatos. [...] o sociólogo procura demorar-se diante do fato, enquanto um sistema de relações sociais em sentido lato, até que esse fato se torne transparente. (Ianni 1975, p.79).

(a2) “Quantitativo” e “qualitativo”

Já em 1954 escrevia Antonio Candido no que veio a ser o clássico *Os parceiros do Rio Bonito*:

Analisar as populações rurais por meio de números [...] é tarefa excelente, cabível sobretudo ao demógrafo e ao economista. O sociólogo [...] não pode satisfazer-se neste nível. Desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias; daí o apego ao qualitativo [...]. (Candido 1987, p.19).

(a3) “Mensuração” e “relevância do tema”, “sociologia” e “sociografia” [...] às vezes, o empirismo é tão estéril quanto a especulação abstrata. (Ianni 1971, p.14, grifos meus).

“[...] o empirismo não produz conhecimento novo. Os refinamentos das técnicas de observação quantificada não são condições suficientes para a realização de estudos originais. (Ianni 1971, p. 15).⁴

Este é um exemplo de 1984:

[...] a insistência nas correlações e nas amostragens representativas pode significar o abandono de importantes questões teóricas (e empíricas), que não se identificam através de questionários padronizados. (Camargo 1984, p.9).

(b) Os problemas estruturais da sociedade brasileira passaram a ser “estudados” de uma forma essencialmente discursiva. Guilhon de Albuquerque sumariza:

[...] o pensamento sociológico brasileiro parece encontrar sua utilidade em pensar esses problemas e falar deles. Pensar e falar dos problemas da sociedade brasileira constitui o que eu chamaria de função discursiva ou efeitos discursivos

⁴ Florestan Fernandes concluiu, em curso dado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1978, que “temos de rever as críticas superficiais e apressadas ao ‘empirismo’ [...]”. (Fernandes 1980, p.40).

do pensamento sociológico brasileiro. (Albuquerque 1987, p.37, grifos no original).

Em outras palavras, parece ter sido em vão todo o esforço de modernização da pesquisa brasileira em sociologia, que a história da disciplina no país registra muito bem, inclusive com a presença de tantos e bons cientistas sociais estrangeiros, como Donald Pierson e outros especificamente voltados para a pesquisa.

(c) Houve uma ideologização e uma politização da sociologia. Azevedo e Prates, ao fazerem uma revisão bibliográfica dos estudos de movimentos sociais urbanos e da ação coletiva e do planejamento participativo no Brasil afirmam que a deficiência teórica do paradigma utilizado nesses estudos

é mascarada pela excessiva ideologização do problema e sustentada por pressupostos valorativos a respeito da “missão” ou “papel” destes padrões associativos dos setores populares no processo de democratização, ou mesmo revolucionário, nas sociedades capitalistas atuais e, em especial, nas chamadas sociedades capitalistas periféricas. [...]. (Azevedo e Prates 1991, p.127).

A preocupação fundamental é demonstrar o caráter inovador e “democrático”, quando não, o potencial revolucionário do associativismo urbano em face do aparato dominador do Estado. [...] [esses estudos] não conseguem fugir da postura “doutrinária salvacionista” [...]. (Azevedo e Prates 1991, p.128).

Não foram poucos os exemplos de tornar a sociologia crítica, contestatória e militante. (Cf. Fernandes 1977, Ianni 1975), *não ao lado de*, mas *em vez de* uma sociologia analítica.

(d) É de justiça acrescentar outro fator que, até certo ponto - e só até certo ponto - provavelmente influi no surgimento e manutenção desse estado de coisas. Trabalho de campo (expressão que já se usou bem mais no passado do que hoje) é relativamente dispendioso. Requer tempo, mais material, despesas com transporte para “o campo” e estada, cansativos e dispendiosos retornos aos membros da amostra eventualmente não encontrados na primeira visita, computação eletrônica e demais procedimentos. Isso significa, também, em muitos casos, a necessidade de uma equipe de trabalho em vez de um pesquisador isolado. A conjuntura de escassez de recursos financeiros para a realização de pesquisa - especialmente em campos não bem vistos, muitas vezes, pelos responsáveis pela distribuição desses recursos - pode significar uma pobreza que empurra o sociólogo-pesquisador para estudos com a utilização de dados secundários já existentes, nos quais a maior parte do custo já foi pago por outrem. Mas isso é verdadeiro, repetamos mais uma vez, só até certo ponto. Possivelmente aplica-se a um número muito pequeno de mestrandos que desejariam remar contra a corrente antiempiricista e que não conseguem os meios necessários para isso; os demais estão seguindo os padrões metodológicos predominantes e essa questão das despesas não é tão aguda.

Não admira que a sociologia tivesse tomado no Brasil o ruído que tomou. E isso se refletiria, forçosamente, no ensino universitário das ciências sociais, responsável pela

formação do sociólogo, pesquisador ou não. Vejamos o que vêm dizendo alguns daqueles que o vivem. Esses escritos vêm já de longa data. Referindo-se a 1941, quando iniciava seus estudos na Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes escreveu que “aquele ensino não preparava o estudante para nenhuma carreira e muito menos para a carreira científica”. (Fernandes 1963, p.59). Para períodos bem mais recentes, praticamente chegando aos dias atuais, diversos autores têm dado seus testemunhos, não muito diferentes desse de Florestan Fernandes referente a mais de cinquenta anos atrás. Vejamos alguns deles.

Fabio Wanderley Reis, no artigo já mencionado, tem frases ou expressões como as seguintes, auto-explicativas: “carências no treinamento dos profissionais de ciência política”, “o ensino de teoria me parece [...] deixar muito a desejar”, “[...] recomendação de maior ênfase no treinamento nessa técnica [survey]. (Reis 1991, p.29). Mais ainda:

[...] nossos profissionais de ciências sociais muitas vezes carecem de um domínio adequado da simples lógica[...] me parece especialmente lamentável o abandono da ênfase no treinamento em técnicas de pesquisas e análise de dados de *survey* como parte do abandono, em geral, da ênfase no estudo de metodologia e técnicas de pesquisa, pois a real familiaridade com a lógica da análise multivariacional que o estudo dos problemas da análise de *surveys* facilita é, acredito, um instrumento extremamente útil de treinamento lógico *tout court*, à parte do que representa de assimilação de uma técnica específica. (Reis 1991, p.29).

Para Antonio Luiz Paixão “o ensino em ciências sociais no Brasil vai muito mal” (1991, p.194); inclusive, “vai mal o melhor curso de graduação em ciências sociais do Brasil” (dado pelo autor como sendo o da Universidade Federal de Minas Gerais) (p.210). E ainda: “o corpo docente é visto [pelos estudantes] como despreocupado e pouco sensível em relação às [suas] necessidades e carências [...]” (p.199).

Referindo-se especificamente a teses, Gláucio Ary Dillon Soares afirma que as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (Pnads), do IBGE, “poderiam ser fontes ideais de dados para teses de mestrado... *se os próprios professores soubessem pesquisar* (sic!) e se as universidades aceitassem a experiência em pesquisa como parte do programa de graduação.” E mais adiante: “*a maioria dos cientistas sociais brasileiros não pesquisa e não ensina seus alunos a fazê-lo*” (1991, p.73, grifos meus).

Segundo Letícia de Vicenzi, em artigo sobre o ensino das ciências sociais, “existe, na área das ciências sociais, muita coleta cega de dados, como também *muita especulação desenfreada*” (1991, p.223, grifos meus).

Luiz Antônio de Castro Santos insiste nos “problemas graves” do ensino e da produção da sociologia feita no Brasil. Sem negar a fertilidade de alguns centros de produção sociológica do país ele vê

problemas sérios na qualidade do trabalho acadêmico dos jovens sociólogos, hoje alunos de graduação e pós-graduação, matriculados nos cursos espalhados

por todo o país. [...] O quadro se complicará em poucos anos, pois a queda nos níveis de ensino obviamente afetará a formação dos futuros colegas. (Santos 1991, p.256, 257).

Quando se refere à orientação de monografias e dissertações, esse autor pergunta (na minha opinião, acusadoramente): “quantos alunos recebem, de fato, *orientação*?” (Santos 1991, p. 257. Grifo no original). E mais:

Muitas teses [...] revelam [...] fragilidade, [...] seja por estabelecerem hipóteses triviais, que não admitem contestação [...] seja por proporem explicações “sem sujeito” [...], seja por não poderem demonstrar a contento os processos efetivos de ação social que fazem com que princípios ou enunciados “universais” *operem* em local e tempo determinado (Santos 1991, p. 262, grifo no original).

Esse é o quadro visualizado, por quem está com a “mão na massa”, do ensino universitário de ciências sociais no país. Nada animador, obviamente. A conduta profissional da geração mais velha (os professores universitários), assim caracterizada, obviamente transferiu-se para as novas gerações de sociólogos e cientistas sociais. Quando as mais simples preocupações com questões de método (e, mais concretamente, com técnicas de amostragem, de elaboração de instrumentos de coleta de dados, de computação e de análise, por exemplo) sofrem o perigo da pecha, da parte de professores influentes, de sociologismo, empiricismo, cientificismo, pseudocientificismo, exageros positivistas, sociologia técnica e outros adjetivos do tipo; quando, por motivos outros, não se ensinam os métodos de pesquisa, a formação do jovem sociólogo é, fatalmente, deficiente. A consequência parece óbvia: novas gerações de cientistas sociais e de sociólogos vão-se formando sem um conhecimento adequado para realizar suas próprias pesquisas. Daí o resultado que inevitavelmente vai transparecer nas dissertações de mestrado e nas teses de doutorado e, posteriormente, em outros trabalhos, que dão razão às críticas feitas. E o ciclo tenderá a se repetir.

Parece claro que se pode deduzir do que ficou dito acima - como hipóteses para verificação e aprofundamento numa história da sociologia no Brasil que ainda está por ser escrita: a dos aspectos metodológicos - que foram defendidas posições metodológicas contrárias à mensuração das variáveis, à quantificação delas, a preocupações com representatividade da amostra, enfim, a questões de método científico em sociologia. Não é arriscado levantar a hipótese de que essas orientações levaram as novas gerações de sociólogos brasileiros a uma preferência pela sociologia discursiva e ao afastamento de um tipo de sociologia caracterizada por formular teorias à base da pesquisa ou, bem menos ambiciosamente, apenas para caracterizar determinados conjuntos sociais. Nesse contexto, é sintomático que não se vê entre os sociólogos brasileiros nenhum estudo de pesquisa de hipóteses para avanço do conhecimento científico na disciplina. O que vale é a crítica, e somente ela. E a crítica

não necessita, está pelo menos implícito, de rigor metodológico. Isso se reflete no ensino universitário, resultando que um bom número de sociólogos, frente a um estudo quantitativo, literalmente “metem os pés pelas mãos”.

5.2 OS PARADOXOS

Há dois paradoxos, no entanto, que não podem deixar de ser mencionados. Primeiro, enquanto as sociologias crítica e jornalística dominam a cena, sem nenhuma preocupação generalizante ou de contribuir para a teoria sociológica existe, de outro lado, disponível em português, editados no Brasil, uma profusão de livros de métodos e técnicas de pesquisa na área da sociologia, de autores estrangeiros e brasileiros, escritos, evidentemente, para uso por parte dos estudantes tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Os títulos de alguns desses livros são bem expressivos: *Introdução à pesquisa social*, *Levantamento de dados sociológicos*, *Métodos de pesquisa social*. E existem ainda nas bibliotecas universitárias, muitas outras obras do gênero, em outros idiomas, especialmente inglês e espanhol, além dos de estatística dirigidos especialmente à sociologia.

Segundo paradoxo: o currículo dos cursos de ciências sociais, inclusive de sociologia, inclui disciplinas de método e de estatística. Se não há intenção de levar os estudantes a utilizar os conhecimentos de métodos de pesquisa sociológica, a pergunta lógica a fazer é: por que e para que estão sendo produzidos e comparados esses livros e por que aquelas disciplinas estão incluídas na formação dos sociólogos?

6. CONCLUSÃO

ÉMILE DURKHEIM ESCREVEU SUAS REGRAS HÁ CEM ANOS. PASSADO TANTO TEMPO ainda existem sociólogos no Brasil que se atrapalham e, em consequência, põem em jogo suas conclusões, com análises de dados feitas com base em simples diferenças de porcentagens. Não podemos ter uma avaliação de como o pioneiro sociólogo francês veria a pesquisa sociológica no Brasil depois de cem anos. Mas vimos a visão de alguns outros sociólogos brasileiros sobre a sociologia e a pesquisa sociológica nacional em geral, com juízos avaliativos sobre a qualidade.

Dentro desse contexto concluamos com um ponto diretamente relacionado com tudo que foi dito até agora. Não há interesse entre os sociólogos brasileiros - e aqui parece que se pode dizer *em geral* - em fazer pesquisa no sentido do avanço do próprio conhecimento científico da disciplina. Baseado no que vimos, pode-se dizer que talvez não haja também capacidade profissional para isso. Para citar por uma última vez Florestan Fernandes, ele já dizia em 1958 que

Nas condições em que nos achamos, temos que nos contentar com os conhecimentos importados de outros centros de investigação sociológica. Isso

não nos deve impedir de alimentar ambições científicas mais vastas [...].
(Fernandes (1958) 1977, p.76, grifos meus).

Trinta e três anos depois, Darcy Ribeiro fez afirmações contundentes sobre o estado da arte das “ciências humanas” no país naquele mesmo sentido. Disse ele:

Uma boa parte dos professores da área de ciências humanas, no Brasil, eu chamaria de cavalos-de-santo. O cavalo-de-santo [...] é aquele que recebe a divindade - por exemplo, faz Exu falar pela sua boca. Então, pela boca de um fala Lévi-Strauss, pela boca de outro, Althusser [...] e por aí vai. O [...] intelectual brasileiro acadêmico [insere-se numa universidade estrangeira, faz um mestrado ou doutorado] para depois fazer de conta que quer ajudar a levantar o paredão, o monumento da cultura do mundo. Mas não põe nenhum tijolinho aqui. [...] Leram todos os filósofos, sabem tudo, citam que é uma maravilha, mas nunca pensaram nada com a própria cabeça. [...]. Ultimamente, o que há é um seguidismo, é uma gente boquiaberta. [...] Por que ninguém traduz os livros brasileiros? Porque não têm novidade nenhuma, são um eco do pensamento lá de fora. (Ribeiro 1991, p.7).

Em outras palavras, a situação não mudou muito. Resta saber até quando seremos cavalos-de-santo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranches, Sérgio Henrique. [19] 1987. “As ciências sociais e o Estado: comentários sobre a política científica e tecnológica e a institucionalização da ciência social no Brasil”. p. 177-197 in Anpocs. *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil* 2. São Paulo: Cortez/Anpocs.
- Adorno, Sérgio e Eliana Blumer Trindade Bordini. 1989. “Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 9(3):70-94.
- Albuquerque, José Augusto Guilhon de. 1987. “Função discursiva da sociologia no Brasil”. *Sociedade e Estado* 2(2-1):33-38.
- Ardailon, Danielle e Guita Grin Débert. 1987. *Quando a vítima é mulher; análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

- Azevedo, Sérgio de e Antonio Augusto Pereira Prates. 1991. "Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva". *Ciências Sociais Hoje* 1991, p.122-152. São Paulo, Vértice.
- Bonelli, Maria da Glória. 1994. "O mercado de trabalho dos cientistas sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 9(25):110-126.
- Camargo, Aspásia. "Os usos da história oral e da história de vida, trabalhando com elites políticas". *Dados: Revista de Ciências Sociais* 27(1):5-28.
- Cândido, Antônio. (1964) 1987. *Os parceiros do Rio Bonito*; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades.
- Cardoso, Fernando Henrique e Octávio Ianni. 1960. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*; aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo, Nacional Coleção Brasileira, v.307.
- Coelho, Edmundo Campos. 1987. *A oficina do diabo*. Rio de Janeiro, Vértice/Luperj.
- Coleman, James S. 1986. "Social theory, social research, and a theory of action". *American Journal of Sociology* 91(6):1.309-335.
- Durkheim, Émile. (1895) 1990. *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, Nacional.
- Durkheim, Émile. (1897) 1951. *Suicide; a study in sociology*. Glencoe, Illinois, Free. Tradução de John A. Spaulding e George Simpson. Editado e com uma introdução por George Simpson.
- Fernandes, Florestan. (1958) 1976. *A sociologia no Brasil; contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- Fernandes, Florestan. (1958) 1977. "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros" p. 50-76. In *A sociologia no Brasil; contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- Fernandes, Florestan. (1963) *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo, Nacional.
- Figueiredo, Vilma. 1987. "A sociologia no Brasil; alguns pontos para reflexão". *Sociedade e Estado* 2(1-2):25-33.
- Frankel, Martin. 1983. "Sampling theory" p.21-In Peter H. Rossi, James D. Wright e Andy B. Anderson. *Handbook of survey research*. San Diego, Academic Press.

- Hirata, Helena e John Humphrey. 1989. "Trabalhadores desempregados; trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 11(4):71-84.
- Ianni, Octávio. 1960. "Segunda Parte"p. 153-246 in Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*; aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo, Nacional.
- Ianni, Octávio. 1971. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Ianni, Octávio. 1975. "Sociologia: técnica e crítica". p. 75-83 in *Sociologia e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Kiser, Edgar e Michael Hechter. 1991. "The role of general theory in comparative-historical sociology". *American Journal of Sociology* 97(10):1-30.
- Mangabeira, Wilma. 1993. *Os dilemas do novo sindicalismo; democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Delume-Dumará/Anpocs.
- Oliveira, Maria Coleta F. A. de. 1984 "A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino familiar: um estudo de caso em Pederneiras, São Paulo". In Neuma Aguiar(org.), *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis, Vozes.
- Paixão, Antônio Luiz. 1991. "Notas sobre o ensino de ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais ontem e hoje". p. 195-213 in Helena Bomeny e Patrícia Birman (orgs.). *As assim chamadas ciências sociais; formação do cientista social no Brasil*". Rio de Janeiro, Uerj/Relume Dumará.
- Parson, Talcott. (1933) 1961. *The structure of social action*; a study in social theory with special refence to a group of recent European writers. New York, Free of Glencoe.
- Pereira, Vera Maria C. 1989. "Apresentação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 4(2):3.
- Pastore, José. 1979. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp.
- Pena, Maria Valéria Junho. 1990. "Fontes pouco convencionais na sociologia brasileira - uma avaliação da produção recente". *Dados: Revista de Ciências Sociais* 33(1):147-174.

Quem tem medo dos fatos? De Durkheim à pesquisa sociológica no Brasil

- Reis, Fábio Wanderley. 1991. "O tabelião e a lupa: teoria, metodogeneralizante e idiografia no contexto brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 6(16):27-42. jul.
- Ribeiro, Darcy. 1991. Entrevista à Revista *Veja*, 10 de abril. p.7-9.
- Rodrigues, Arakcy Martins. 1989. "Práticas e representações de pequenos funcionários públicos em São Paulo." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 4(11)85-103.
- Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. 1978. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- Salmon, Wesley C. (1963) 1987. *Lógica*. 6 ed. Rio de Janeiro, Guanabara.
- Santos, Luiz Antonio de Castro. 1991. Alguns dilemas da universidade brasileira e do ensino da sociologia. In Helena Bomeny e Patrícia Birman (org.). *As assim chamadas ciências sociais; formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Uerj)/Relume Dumará.
- Simpson, George. 1951. Editor's Introduction. In Émile Durkheim. *Suicide; a study in sociology*. Glencoe, Illinois, Free. p.13-34.
- Soares, Gláucio ary Dillon. 1991. "Pesquisa rica em países pobres?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 6(16):66-79. jul./1991.
- Sudman, Seymour. 1983. "Applied sampling". P.145-194 in Peter H. Rossi, James D. Wright e Andy B. Anderson, *Handbook of survey research*. San Diego, Academic Press.
- Tavares dos Santos, José Vicente. 1991. "Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários". *Ciências Sociais Hoje*, 1991. p.13-51.
- Teixeira, João Gabriel L. C. 1989. *Os metalúrgicos de Salvador; um estudo de ideologia operária*. Brasília, Universidade de Brasília.
- Timasheff, Nicholas S. (1955) 1973. *Teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vianna, Maria Lúcia Werneck e Julio Abulafia Salinas. "Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário". *Dados: Revista de Ciências Sociais*. 25(1):105-128. 1982.
- Vicenzi, Letícia J. Braga de. 1991. "Em que direção deveria ser orientado o ensino de ciências sociais em uma sociedade como a brasileira dos anos 90?" p. 215-240

Levy Cruz

in Helena Bomeny e Patrícia Birman (orgs.), *As assim chamadas ciências sociais; formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro, Uerj/Relume Dumará.

Zeisel, Hans. 1962. *Dígalos con números*. México, Fondo de Cultura Económica.

